



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ELLANA BARROS PINHEIRO**

**“A Política de Assistência Estudantil na UFPA: um estudo do Programa de Assistência Estudantil Permanência”.**

**Belém  
2017**

ELLANA BARROS PINHEIRO

**“A Política de Assistência Estudantil na UFPA: um estudo do Programa de Assistência Estudantil Permanência”.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Antônia Cardoso Nascimento

**Belém  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFPA  
Biblioteca Armando Corrêa Pinto

---

P654

Pinheiro, Ellana Barros

“A Política de Assistência Estudantil na UFPA: um estudo do Programa de Assistência Estudantil Permanência” / Ellana Barros Pinheiro. - 2017.  
95 f. : 30 cm.

Orientadora: Maria Antônia Cardoso Nascimento.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2017.

1. Auxílio estudantil – ensino superior - Pará. 2. Estudantes universitários – condições econômicas. 3. Estudantes universitários – condições sociais. 4. Programa de Permanência – UFPA. Nascimento, Maria Antônia Cardoso, orient. II. Título.

CDD 23. ed. 378.3098115

---

ELLANA BARROS PINHEIRO

**“A Política de Assistência Estudantil na UFPA: um estudo do Programa de Assistência Estudantil Permanência”.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em: \_\_\_/ \_\_\_/ 2017

Banca Examinadora

---

Orientadora: Profa. Dra. Maria Antônia Cardoso Nascimento  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas  
Universidade Federal do Pará – UFPA

---

Examinador: Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas  
Universidade Federal do Pará – UFPA

---

Examinador: Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha  
Instituto de Ciências da Educação  
Universidade Federal do Pará – UFPA

## **AGRADECIMENTOS**

Gratidão a minha família que pacientemente compreendeu minha ausência, apoiou meus passos, incentivou-me a persistir e que orgulhosamente depositou em mim seus sonhos de juventude.

A Deus, obrigada.

*O caos é uma escada.  
(Petyr Baelish, em Game of Thrones).*

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo refletir as relações presentes na política de assistência estudantil a partir da trajetória e implementação da assistência estudantil na UFPA, estudando o Programa Permanência, programa de maior demanda na instituição, para isso, o método dialético foi utilizado enfatizando a dimensão histórica dos processos sociais com a identificação da relação dialética da infraestrutura com suas superestruturas a partir na abordagem qualitativa, sendo delineado pelo levantamento bibliográfico e documental desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, e de materiais que ainda não haviam recebidos um tratamento analítico, tais como documentos institucionais: editais, instruções normativas, atas de reuniões. Tem-se ao final do estudo, a partir da identificação da importância da assistência estudantil enquanto alternativa para a democratização da permanência do discente oriundo da classe trabalhadora empobrecida, o entendimento de colaboração da política para com os objetivos propostos pela política de educação, delineada ao longo dos séculos em meio às disputas e conflitos na esfera da sociedade civil, sendo fruto dos movimentos sociais comprometidos com a questão educacional, orientada no sentido de ampliação, qualidade dos serviços prestados e reconhecimento das demandas. Entretanto, embora possa considerar como norte a observância e paridade ao Programa Nacional de Assistência Estudantil no alcance dos objetivos largamente propostos nacionalmente, a política desenvolvida na universidade transparece elementos que necessitam de uma ampla discussão participativa e reavaliação no sentido de aperfeiçoamento.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil. Educação Superior. Serviço Social.

## ABSTRACT

The present study aims to reflect the relations present in the student assistance policy based on the trajectory and implementation of student assistance in the UFPA, studying the Permanence Program, a program of greater demand in the institution, for this, the dialectical method was used emphasizing the dimension of the social processes with the identification of the dialectical relation of the infrastructure with its superstructures starting from the qualitative approach, being delineated by the bibliographical and documentary survey developed from material already elaborated, consisting mainly of books and scientific articles, and materials that have not yet had received an analytical treatment, such as institutional documents: edicts, normative instruction, minutes of meetings. At the end of the study, the identification of the importance of student assistance as an alternative for the democratization of the permanence of the student from the impoverished working class, the understanding of collaboration of the policy towards the objectives proposed by the education policy, outlined to the over the centuries in the midst of disputes and conflicts in the sphere of civil society, being the result of social movements committed to the educational issue, oriented towards enlargement, quality of services rendered and recognition of demands. However, although it may consider the observance and parity of the National Program of Student Assistance in achieving the objectives broadly proposed nationally, the policy developed at the university shows elements that need a broad participatory discussion and reassessment towards improvement.

**Keywords:** Student Assistance. College education. Social service.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CEUS-UFPA</b>	Casa de Estudantes Universitários da Universidade Federal do Pará
<b>CONSEPE</b>	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPA
<b>ENPESS</b>	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
<b>DAIE/PROEX</b>	Diretoria de Assistência e Integração Estudantil/ Pró-Reitoria de Extensão
<b>ABEPSS</b>	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>FIES</b>	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
<b>FONAPRACE</b>	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
<b>HUBFS</b>	Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza
<b>HUJBB</b>	Hospital Universitário João de Barros Barreto
<b>CAPES</b>	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
<b>ANDIFES</b>	
<b>PNAES</b>	Programa Nacional de Assistência Estudantil
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>PROUNI</b>	Programa Universidades Para Todos
<b>QSEC</b>	Questionário Socioeconômico e Cultural
<b>REUNI</b>	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
<b>CID</b>	Código de Identificação de Doenças
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>SAPS</b>	Serviço de Assistência Psicossocial aos Discentes
<b>ANEP</b>	Associação Nacional de Empresas e Pesquisa
<b>FALEM</b>	Faculdade de Letras Estrangeiras Modernas
<b>ITEC</b>	Instituto de Tecnologia
<b>CLLE</b>	Cursos Livres de Língua Estrangeira
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes
<b>PCNA</b>	Programa de Cursos de Nivelamento da Aprendizagem
<b>URJ</b>	Universidade do Rio de Janeiro
<b>ILC</b>	Instituto de Letras e Comunicação
<b>CEG</b>	Casa de Estudos Germânicos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>A concepção gramsciana de Estado.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>A discussão da Política Pública no contexto do debate sobre o Estado.....</b>	<b>29</b>
<b>2.3</b>	<b>Política Social como expressão da política pública.....</b>	<b>34</b>
<b>3</b>	<b>EDUCAÇÃO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....</b>	<b>40</b>
<b>3.1</b>	<b>A universidade brasileira.....</b>	<b>40</b>
<b>3.2</b>	<b>A redemocratização política e a Lei de Diretrizes da Educação.....</b>	<b>49</b>
<b>3.3</b>	<b>A trajetória da assistência estudantil no contexto da política de educação.....</b>	<b>54</b>
<b>3.3.1</b>	<b>PNAES.....</b>	<b>59</b>
<b>4</b>	<b>A TRAJETÓRIA DE IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPA.....</b>	<b>64</b>
<b>4.1</b>	<b>Primeiras ações.....</b>	<b>65</b>
<b>4.2</b>	<b>Os programas de assistência estudantil desenvolvidos na UFPA .....</b>	<b>68</b>
<b>4.3</b>	<b>O Programa Permanência da UFPA .....</b>	<b>77</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com a redemocratização política e a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, trouxe para centro das discussões, o conteúdo dos princípios fundamentais que outrora não obtinham espaço, segundo Coutinho (2008) tal fato se consolidou pelas vias transversais das “revoluções passivas”, identificando-se como características deste instituto, a ampliação da socialização política brasileira, junto a ela, um maior protagonismo das massas, dando forma a sociedade civil em seu conceito gramsciano de “ocidental”, na qual os conflitos podem encontrar uma solução negociada não coercitiva, com a presença do instituto da hegemonia e uma progressiva convergência de vontades de múltiplos grupos e camadas sociais.

Dessa forma, durante a trajetória política brasileira, fomentou-se uma base bastante favorável para empreendimentos que buscassem fortalecer a frente de luta e atenção às questões relativas de diversas questões de cunho social, entre elas, o ensino superior, com a presença de trajetórias e contextos de disputas e conflitos, porém, de evidente busca pelo estabelecimento de diretrizes que orientassem as bases para uma educação que favorecesse a igualdade de condições para o acesso e permanência de estudantes oriundos da classe trabalhadora empobrecida. Assim, a assistência estudantil ganha um destaque extraordinário em meio essa efervescência de debates e discussões no cenário nacional, desencadeando o compromisso dos sistemas de ensino em prover, fiscalizar e estimular os serviços de assistência estudantil em todo o Brasil, percebendo-se assim um embricamento entre as políticas de assistência estudantil e de educação.

Assim, a partir de minha inserção ao quadro técnico responsável pela gestão e operacionalização das políticas de assistência estudantil realizadas na Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2014, fomentou-se o interesse de refletir as relações presentes na política de assistência estudantil a partir da trajetória e implementação das ações na instituição, estudando o Programa Permanência, programa de assistência estudantil de maior demanda na UFPA.

Para isso, o método dialético foi utilizado permeado pelos elementos que tanto marcaram o estudo: unidade dos opostos, onde todos os elementos apresentam aspectos contraditórios, organicamente unidos, porém em constante luta entre si, fornecendo bases para uma interpretação dinâmica da realidade permeadas pelas influências políticas, econômicas e culturais; o quadro de referência do materialismo histórico foi utilizado enfatizando a dimensão histórica dos processos sociais com identificação da relação dialética da

infraestrutura com suas superestruturas, sendo possível assim, interpretar os fenômenos observados; os procedimentos da pesquisa foram realizados com base na abordagem qualitativa, sendo delineado pelo levantamento bibliográfico e documental desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, e de materiais que ainda não haviam recebidos nenhum tratamento analítico, tais como documentos institucionais: editais, instrução normativas, atas de reuniões, relatório de fóruns.

A dissertação foi elaborada e estruturada em três capítulos: o primeiro apresentou o objetivo de analisar as políticas públicas sociais recorrendo aos elementos devidos de compreensão: Estado e sociedade civil, utilizando como referência teórica o autor Antônio Gramsci, assim como Carlos Nelson Coutinho, um filósofo marxista largamente reconhecido no Brasil e adotado em grande escala no Serviço social brasileiro, identificado como um dos maiores especialistas na obra de Antônio Gramsci, com uma base consistente de reflexão da concepção gramsciana de Estado. Sendo, portanto, este autor utilizado neste estudo para a reprodução da ideia da concepção de Estado ampliado e todos os desdobramentos inerentes analisados por Gramsci.

O segundo capítulo, por sua vez, buscou retratar a assistência estudantil dirigida ao ensino superior no Brasil, apresentando inicialmente, um breve resgate do modelo de universidade que foi implantado no país a partir do final do século XIX, considerando as injunções econômicas, culturais e políticas, dando ênfase à identificação das determinações históricas na qual o Estado se utilizou de mecanismos por meio do monopólio da repressão presente nos aparelhos coercitivos de Estado, ao mesmo tempo, ressaltando elementos presentes na classe que não detém a hegemonia, que recriaram e recriam suas formas de direção tentando resistir e alterar as relações hegemônicas. Em seguida, discute-se a aprovação da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional no contexto do que ficou conhecido como a “redemocratização da política brasileira”, enfatizando o momento dialético de renovação política; e, posteriormente, expõe-se a trajetória da assistência estudantil no contexto da política de educação, destacando a instituição de programas e projetos que buscaram dar forma e diretriz para a política a partir do debate mais concreto das questões relativas à democratização das condições de permanência dos jovens oriundos da classe trabalhadora empobrecida na educação superior, materializando-se assim, na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) instituída em 2007 como recurso de diretriz e regulamentação das ações da assistência estudantil em caráter nacional.

No terceiro capítulo, objetivou-se apresentar um retrato da assistência estudantil que se desenvolve na Universidade Federal do Pará, para tanto, apresentou-se inicialmente um

breve resgate das primeiras ações desenvolvidas na instituição em 2008, e em seguida, expõem-se os programas de assistência estudantil desenvolvidos ao longo de quase uma década, realizando um recorte e colocando em evidência, o Programa Permanência, considerado de maior demanda na universidade.

Assim, tem-se ao final do estudo, a partir da identificação da importância da assistência estudantil enquanto alternativa para a democratização da permanência do discente oriundo da classe trabalhadora empobrecida, o entendimento de colaboração da política para com os objetivos propostos pela política de educação, delineada ao longo dos séculos em meio às disputas e conflitos na esfera da sociedade civil, sendo fruto dos movimentos sociais comprometidos com a questão educacional, orientada no sentido de ampliação, qualidade dos serviços prestados e reconhecimento das demandas. Entretanto, embora possa considerar como norte a observância e paridade ao PNAES no alcance dos objetivos largamente propostos nacionalmente, a política desenvolvida na universidade transparece elementos que necessitam de uma ampla discussão participativa e reavaliação no sentido de aperfeiçoamento, haja vista, a partir do estudo, identificou-se a falta de uma avaliação da gestão política institucional e dos fundamentos políticos e ideológicos do modelo de gestão implementado que colabore para o estudo das problemáticas, desafios e possibilidades da gestão institucional, que ora discutisse participação e democratização da política, fortalecendo a articulação com movimentos e organizações dos estudantes, assim como a divulgação de informações sobre os auxílios e sobre o orçamento da política para um melhor esclarecimento dos critérios de seleção e análise, permitindo assim, um aprimoramento constante de critérios de elegibilidade e de variáveis que definem os contextos de vulnerabilidade de modo a assegurar o que a política se propõe: expandir o acesso e a permanência de jovens dos segmentos mais desprotegidos da sociedade brasileira.

## 2 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para alcançar a compreensão e análise das características das políticas públicas que hoje vigoram no contexto dinâmico e complexo do sistema capitalista, é necessário recorrer a alguns elementos fundamentais onde tais características são estudadas largamente, dentre eles o Estado e a sociedade civil, suas funções, papéis, características e configurações assumidas no contexto atual.

A concepção de Estado, assim como de sociedade civil que será privilegiada neste estudo, parte do legado que Karl Max e Friedrich Engels deixaram sobre o tema, onde compreendem que o Estado é um produto do inconciliável antagonismo das classes.

Evidenciam-se em seguida como contribuição importante, os estudos de Lênin, Vladimir Llyich Ulyanov, em suas formas clássicas do “marxismo-leninismo” onde apresentava o marxismo como política em suas bases revolucionárias, avançando do conhecimento da realidade política da sociedade de classes (FERNANDES,2012). “As perspectivas de Lênin sobre o Estado foram desenvolvidas no contexto específico da Revolução Russa de 1917 a fim de apoiar uma estratégia particular de ação política naquele momento da revolução” (CARNOY,1988, p.79). Porém, o pensador italiano Antônio Gramsci também é considerado um autor de importância para a análise do Estado assim como da sociedade civil, que colabora e amplia a teoria marxista de Estado, e inaugura um novo conceito de sociedade civil com bases na superestrutura.

“Gramsci ‘ampliou’ a teoria do Estado que herdara de Marx, nele incluindo a esfera da hegemonia e do consenso, fez isso precisamente para dar conta dos novos fenômenos que a socialização da política introduziria na vida social” (COUTINHO, 2008, p.28). Assim, decorrente dessa ampliação, o autor identifica e caracteriza as sociedades do tipo “oriental” onde se tem a presença de um Estado “restrito” com predominância da coerção como recurso político e “ocidental” nas quais os conflitos podem encontrar uma solução negociada, não coercitiva, ou seja, a presença de uma hegemonia, de uma “progressiva convergência das vontades particulares de múltiplos grupos e camadas sociais” (COUTINHO, 2008, p.32).

A riqueza de pensamento do autor italiano Gramsci segundo Schlesener (2007) está em retomar o marxismo numa relação fecunda com a situação histórica específica, através da qual sua reflexão alcança amplitude e universalidade, abordando temas diversos, inusitados, e dialogando com políticos e intelectuais sobre socialismo, Estado, cultura e cidadania.

Assim, tem em Carlos Nelson Coutinho, um filósofo marxista largamente reconhecido no Brasil e adotado em grande escala no Serviço social brasileiro, a identificação de um dos

maiores especialistas na obra de Antônio Gramsci, com uma base consistente de reflexão da concepção gramsciana de Estado. Sendo, portanto, este autor utilizado neste estudo para a reprodução da ideia da concepção de Estado ampliado e todos os desdobramentos inerentes analisados por Gramsci. Serão também referenciados os pensamentos de Ivete Simionatto, Carlos Mõntano e Vicente de Paula Faleiros que seguem as ideias do autor italiano reproduzidas por Carlos Nelson Coutinho.

## **2.1 A concepção gramsciana de Estado**

As produções que buscam em Gramsci o suporte para analisar a realidade brasileira, tem em Carlos Nelson Coutinho as reflexões que são consideradas fundamentais. Segundo Simionatto (2011), as produções deste autor podem ser vistas sob diversos aspectos, abarcando a: história, literatura, militância, e com maior expressividade, a cultura e política, sendo eixos decisivos da análise do autor.

A obra de Gramsci em meio a um Brasil considerado uma formação semicolonial e atrasada sob o ponto de vista de diversos prismas, só obteve uma boa recepção a partir da metade da década de 1970, quando já estavam em esgotamento as condições políticas e institucionais desfavoráveis presentes na ditadura militar em seu ápice com o instituto do AI-5 de 1968, e da cultura dominante nos ambientes brasileiros de esquerda influenciados por modelos interpretativos “marxismo-leninismo” (COUTINHO, 1988).

Tais modelos segundo Carnoy (1988, p.79) teria a fundamental consistência baseada na ideia de que “o Estado é um órgão de dominação de classe e que, embora o Estado tente conciliar o conflito de classes, esse conflito é irreconciliável”. Lênin defende que o Estado não poderia nem surgir nem se manter se fosse possível reconciliar as classes. Portanto, concordando com Marx, Lênin afirma que o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe sobre a outra, sendo a criação de uma ordem que legaliza e perpetua a coerção ao tentar moderar o conflito de classes, pois apesar das instituições serem consideradas democráticas, tais instituições são controladas diretamente pela classe burguesa, na qual sua principal função é dirigir a coerção (CARNOY,1988).

Segundo Nogueira (1988) Gramsci auxiliou o entendimento daquele Brasil industrial de massas, autoritário, excludente e miserável que passava muitas vezes despercebido diante de muitos olhos, Gramsci também foi decisivo para oxigenar o pensamento de esquerda até então, globalmente subordinado às formas clássicas do “marxismo-leninismo” que segundo Fernandes (2012) apresenta o marxismo como política em suas bases revolucionárias,

avançando do conhecimento da realidade política da sociedade de classes, para o modo de organizar politicamente a sua transformação e destruição como etapa preliminar à instauração do socialismo, preocupando-se com as condições técnicas e processos políticos de intervenção revolucionárias na realidade, com limites nas formalizações abstratas do conhecimento teórico essencial às intervenções, tornando o marxismo politicamente operacional.

Gramsci conferiu à massa dos trabalhadores muito mais crédito do que Lenin, ao considerar que eles próprios eram capazes de desenvolver a consciência de classe, porém considerou que na sociedade ocidental os obstáculos a tal consciência eram muito mais formidáveis do que Lênin imaginava: não era simplesmente a falta de um entendimento de sua posição no processo econômico que impedia os trabalhadores de compreender o seu papel de classe, nem eram as instituições “privadas” da sociedade, como a religião, as responsáveis por manter a classe trabalhadora longe da autoconsciência, mas era o próprio Estado que estava encarregado da reprodução das relações de produção. Em outras palavras, o Estado era muito mais do que o aparelho repressivo da burguesia; o Estado incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura (CARNOY, 1988, p.91).

Porém, a convergência entre as posições ditatoriais mais reacionárias e a orientação marxista à brasileira é que foram responsáveis pelas tímidas adesões aos estudos de Gramsci. Coutinho nos delineia que “o declínio da ditadura e a crise da velha esquerda estejam na raiz do espetacular crescimento da influência gramsciana” simultaneamente ao processo da abertura política e a crise cada vez mais forte das organizações marxistas tradicionais. É também, segundo o autor, através da profunda universalidade que Gramsci ilumina alguns aspectos decisivos da peculiaridade nacional, que explica a adoção brasileira aos seus estudos (COUTINHO, 1988, p.105).

Durante o processo de modernização brasileira, caracterizada por Coutinho de gradual e “pelo alto”, claramente realizando uma analogia à “revolução-passiva” baseada nos estudos de Gramsci, a grande propriedade latifundiária transforma-se em uma empresa agrária, ao mesmo tempo que com a internacionalização do mercado interno e a participação do capital estrangeiro, indubitavelmente reforçou a conversão do Brasil em um país industrial de modelo moderno, com taxas de elevada urbanização e complexa estrutura social, sendo ambos os processos incrementados pela ação do Estado. Este processo em vez de resultante de movimentos populares, a transformação se deu às custas dos acordos entre frações das classes economicamente dominantes e utilização de aparelhos repressivos e intervenção econômica do Estado (COUTINHO, 1988). Ou seja, o Brasil experimentou em todas as suas fases políticas de transição ao capitalismo, a solução “pelo alto”, elitista e antipopular (COUTINHO, 1988)

Assim, tal modalidade de transição que se verifica na realidade brasileira, é analisada



pela noção gramsciana de “revolução passiva”. Coutinho (1988, p.108) nos relembra das principais características desse conceito apresentadas por Gramsci, onde tal revolução apresenta sempre dois momentos: “da 'restauração' - na medida que é uma reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação 'de baixo para cima' - e o da 'renovação' - na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes”. As principais características da “revolução passiva” são:

1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversivismo esporádico elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) esta reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para nas modificações. Portanto estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de *restauração* e *revolução*, e de *conservação* e *modernização* (COUTINHO, 2008, p.96).

Assim, as transformações “pelo alto” segundo Coutinho (1988) se constitui como um importante critério de interpretação para compreender os episódios capitais da história brasileira e de todo o processo de transição do Brasil à modernidade capitalista, proporcionando-nos instrumentos analíticos que apontam traços da formação política e econômica brasileira. A “revolução passiva” em suas causas-efeitos realça o fortalecimento e predomínio das formas ditatoriais da supremacia em relação às formas hegemônicas, somados dessa forma, à prática do *transformismo*, que segundo Gramsci o conceitua como uma espécie de “cooptação ou assimilação pelo bloco de poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas”(COUTINHO, 1988, p.114), como modalidade de desenvolvimento histórico que implica uma marginalização das massas.

Coutinho (1988) em sua análise do papel do Piemonte (o novo governo que assumiu o comando de uma Itália unificada, sem um verdadeiro consenso nacional) no *Risorgimento* (formação do Estado burguês moderno na Itália) sob bases de observações de Gramsci, entende que esta observação também pode ser aplicada na realidade brasileira, “que não um grupo social seja o dirigente de outros grupos, mas que um Estado seja o 'dirigente' do grupo que, ele sim, deveria ser dirigente”, casos em que esses grupos têm a função de domínio e não de direção, “ditadura sem hegemonia” (COUTINHO, 1988, p.112).

Entretanto, existe uma linha que distingue o *Risorgimento* e o caso brasileiro pois, enquanto na Itália um Estado particular desempenhou o papel decisivo na construção de um novo Estado nacional unitário, o Estado que desempenha no Brasil a função de protagonista das “revoluções passivas” é já um Estado unificado. Mas essa diferença, ainda que não negligenciável, parece-me passar para o segundo plano diante do fato de que o Estado brasileiro teve historicamente o mesmo papel

que Gramsci atribui ao Piemonte, ou seja, o de substituir as classes economicamente dominantes (COUTINHO, 1988, p.113).

Esse termo empregado pelo autor “ditadura sem hegemonia” sendo uma manifestação da “revolução passiva” segundo Coutinho (1988) incita-nos a considerar que o instrumento da transição “pelo alto” é o Estado. Sendo assim, em formações com a presença de tais transições é considerável apontar a tendência do fortalecimento de uma “sociedade política” (aparelhos burocráticos de dominação) enquanto permanece subalterna a “sociedade civil” (aparelhos privados através dos quais uma classe luta pela hegemonia e pela direção política). Sociedade civil, é dessa forma, os partidos de massa, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e de bairro, as organizações culturais etc. “É por meio deles que as massas populares, e em particular a classe operária, organizam-se de baixo para cima, a partir das bases” (COUTINHO, 2008, p.25).

Essas formações com tais características de uma “ditadura sem hegemonia” implicam a aproximação mais do “oriente” do que do “ocidente”. Tal apresentação de termos fundados na geografia é externalizado por Gramsci a partir de uma identidade onde “no Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, em qualquer abalo do Estado, imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil” (GRAMSCI, 1984, p.75). O Estado segundo Gramsci era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas.

Essa “ocidentalidade” não é estática, é fruto de um processo histórico.

A “ocidentalidade” de uma formação social é para ele o *resultado* de um processo histórico. Gramsci não se limita a registrar a presença sincrônica de formações do tipo “oriental” ou “ocidental”, mas indica também os processos históricos-sociais, diacrônicos, que fazem com que uma formação social *se torne* “ocidental”, ou, mais concretamente, que passe a ter um Estado “ampliado”, no qual exista uma “justa relação” entre Estado e sociedade civil (COUTINHO, 1988, p.117).

Portanto, a evolução histórica do Brasil mostra os fortes traços do modelo “oriental” no que se refere à sociedade e ao Estado por longos períodos em sua fase imperial, com a sociedade considerada primitiva e o Estado bastante forte, entretanto, com a Proclamação da República em 1889, o Estado torna-se laico e a Igreja deixa de ser um “aparelho de Estado” para se transformar em um “aparelho privado de hegemonia” (COUTINHO, 1988, p.120).

Ademais, Coutinho (1988, p.121) nos chama atenção para o instituto da escravidão, onde os direitos eram substancialmente negados, impedindo a participação ativa das camadas populares; tal processo não sofreu modificações nem com a abolição nem com a proclamação

da república, eventos também resultantes de transições “pelo alto”, portanto, “o bloco de poder que predominou na Primeira República foi tão oligárquico quanto o da época imperial, com única diferença de que, no interior dessa oligarquia, a burguesia agrária ligada à exportação do café tornou-se a fração hegemônica”. (COUTINHO, 1988, p.121).

Não obstante, o processo abolicionista assim como o processo de industrialização, contribuiu para a predominância do capitalismo como modo de produção no Brasil, complexificando a estrutura social, o crescimento e fortalecimento dos sindicatos operários, e o estabelecimento de uma maior participação das camadas médias na vida política (COUTINHO, 1988). Entretanto, o modo como as classes dominantes reagiram a essas pressões “por baixo” foi a realização de outra “revolução passiva” a “Revolução de 1930”, que segundo Coutinho (1988, p. 122) “os setores mais modernos da oligarquia agrária conquistaram uma posição hegemônica no bloco de poder, cooptando ao mesmo tempo os tenentes, a ala mais moderada da liderança das camadas médias”. Entretanto, em 1945, com a queda da ditadura de Getúlio Vargas e o retorno à democracia, o processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira toma nitidez.

No entanto, essa tendência sofreu uma brusca “inocorrência” pela imposição da ditadura militar em 1964, onde buscou por todos os meios, desarticular os organismos autônomos da sociedade civil.

Para obter um consenso mínimo, a ditadura foi assim obrigada a tolerar a presença de um parlamento (ainda que emascarado) e de um partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro – MDB que se transformou progressivamente numa ampla frente política de todas as forças antiditatoriais. (COUTINHO, 1988, p.124).

Mas, o consenso se dilacerou rapidamente com a crise do “milagre econômico”, não só nas camadas médias, como na burguesia que outrora a tinha apoiado, transparecendo assim para Coutinho (1988) que o Brasil se tornara uma sociedade “ocidental” pelas vias transversais das “revoluções passivas”.

Entretanto, pressupostos objetivos – como ensina o marxismo antideterminista de Gramsci – não significam forçosamente resultados subjetivos. Resta ainda um longo caminho a percorrer na luta para ampliar a socialização da política, para constituir um efetivo protagonismo das massas capaz de consolidar definitivamente a sociedade civil brasileira (COUTINHO, 1988, p.125).

Nogueira (1988) acrescenta que o marxismo italiano identificado a partir do pensamento gramsciano no Brasil, estimulou uma expressiva revitalização dos estudos sobre a história brasileira, agregando novas categorias e perspectivas de entendimento do caráter prussiano, autoritário e elitista presentes na característica da formação da nacionalidade capitalista no Brasil.

O autor ainda aponta que, Gramsci, “por seu marxismo antideterminista e avesso ao

dogmatismo, por sua visão arejada do Estado, da política, e da luta pelo socialismo em países que já se deixaram tingir pelas cores do 'ocidentalismo' (onde o Estado já não é tudo) ”, seus pensamentos são de suma importância para a compreensão dos problemas presentes na sociedade brasileira (NOGUEIRA, 1988, p.152)

Em suma, no que se refere aos estudos relativos ao Estado, é necessário compreender de forma preliminar, as expressões (restrita/ampla) que são abordadas na perspectiva marxista. Coutinho (1996) parte da premissa que uma concepção marxista de Estado é tanto mais “ampla” quanto maior for o número de determinações do fenômeno estatal por ele mediatizados na construção do conceito de Estado, assim como será “restrita” uma concepção na qual o exame apresente apenas uma ou poucas determinações da esfera político-estatal.

A abordagem marxista de Estado, é assim por dizer mais “restrita”: a “condição de funcionamento do Estado, para os jovens Marx e Engels, é assim que a política seja uma esfera 'restrita' e que a 'sociedade civil' enquanto tal, seja uma esfera 'despolitizada', puramente privada” (COUTINHO, 1996, p.20), no entanto, isso não significa uma minimização da teorização de seu conceito; a face repressiva do Estado é bem mais explicitada em Marx, porque o Estado moderno não apresentava plenamente suas múltiplas determinações, Marx e Engels não conheceram um período histórico de hegemonia civil, viveram em um período que não existiam os grandes partidos de massa e sindicatos (COUTINHO, 1996).

#### O Estado em Marx

É visto como um organismo que exerce uma função precisa: garantindo a propriedade privada; o Estado assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes, desse modo, garante a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não-proprietários, sobre os trabalhadores diretos (COUTINHO, 1996, p.19).

Segundo Sader (1993) baseado nas perspectivas “restritas” estatais do marxismo, o Estado nada mais é do que um instrumento da vontade da classe dominante, pressupondo assim, a existência de uma vontade unificada que exerce o poder do Estado como seu instrumento, assim como a manipulação da superestrutura política como instrumento sem consistência própria e submissa a vontade da classe dominante. Assim, essa concepção toma a dominação em última instância do econômico, sem quaisquer mediações, reforçando a visão unilateral da relação do Estado e a classe dominante, em detrimento das relações que o Estado apresenta com a esfera da sociedade.

O Estado “é a expressão política da classe dominante, uma instituição socialmente necessária exigida para cuidar de certas tarefas sociais necessárias para a sobrevivência da

comunidade”. Ele assim representa o braço repressivo da burguesia (CARNOY, 1988, p.69).

Segundo Althusser (1985, p.62)

A tradição marxista é formal: desde o *Manifesto* e do *18 Brumário* (e em todos os textos clássicos posteriores, sobretudo no de Marx sobre a *Comuna de Paris* e no de Lênin sobre o *Estado e a Revolução*), o Estado é explicitamente concebido como um aparelho repressivo. O Estado é uma “máquina” de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à “classe” dos grandes latifundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista).

Entretanto, Gramsci vive e reflete sobre outro período histórico distinto de Marx, se para esse o Estado é um aparelho coercitivo, um perfeito instrumento de dominação, uma extensão da coerção da classe que detém o poder, para aquele o período apresenta uma crescente socialização da política e a conseqüente ampliação do fenômeno estatal: “Gramsci percebe que, na sociedade capitalista moderna, o Estado capitalista se ampliou e os problemas relativos ao poder se complexificaram na trama da sociedade, fazendo emergir uma nova esfera social que é a sociedade civil” (SIMIONATTO, 2011, p.68). Aquela esfera política caracterizada como “restrita” se metamorfoseia em uma esfera pública ampliada, com a presença cada vez mais significativa e forte de organizações sociais políticas de massa.

Gramsci em seu conceito de Estado, examina a superestrutura e a distingue em duas esferas: “sociedade política” que designa o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante exerce o poder, monopólio legal ou de fato da violência, tratando-se dos aparelhos coercitivos do Estado ligados às forças armadas e policiais e imposição de leis; e em “sociedade civil” entendida por Gramsci como um conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, elaboração e difusão de valores simbólicos e de ideologias, tais como sistema escolar, igrejas, partidos políticos, que segundo Gramsci (1984) “uma primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (COUTINHO, 1996).

A ampliação do Estado se dá equiparadas com as especificações presente nas categorias de “abstrato” e “concreto”, onde baseando-se em Marx, “concebe a dialética como um método de articulação categorial que procede mediante a elevação do abstrato ao concreto, do menos complexo ao mais complexo” (COUTINHO, 1996, p.14), pode-se afirmar que essa elevação “tem como meta de construção progressiva de uma 'totalidade concreta', de uma 'síntese de múltiplas determinações', na qual as várias determinações abstratas (parciais) aparecem repostas e transfiguradas na totalidade que as mediatiza e, precisamente por isso, as concretiza” (COUTINHO, 1996, p.14). “O real e o concreto é sempre a população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo” (LUKÁCS, 2012, p.304).

A ampliação do Estado, por meio da elevação do abstrato ao concreto apresentado por Coutinho (1996), possui uma dupla dimensão: *Gnosiológica*- referente a uma menor ou maior abstração conceitual, e a dimensão *Histórico-ontológica*- referente ao menor ou maior grau de complexificação, concretização da realidade objetiva.

A abordagem abstrata e preliminar conceitual, situada no nível do modo de produção, onde o Estado é definido abstratamente como aparelho de dominação da classe economicamente dominante, é um momento segundo Coutinho (1996) necessário para a investigação histórico-materialista do Estado, porém, é considerável reconhecer que esta abordagem preliminar é insuficiente para a apreensão das múltiplas determinações que caracterizam o fenômeno estatal em suas manifestações concretas.

Portanto, no plano *gnosiológico*, a “ampliação” do conceito de Estado consiste, assim, em “articular dialeticamente os momentos abstratos obtidos na análise do modo de produção com as determinações mais concretas que resultam do exame da formação econômico-social enquanto nível mais complexo da totalidade societária” (COUTINHO, 1996, p.15). No plano *histórico-ontológico*, o autor fala da superação dialética (conserva, mas também elimina e eleva a nível superior) de uma concepção “restrita” do Estado, na medida em que ele se amplia objetivamente.

A ampliação do conceito de Estado em pensadores marxistas mais recentes, quando comparados com Marx, Engels, Lênin ou Trotski, não resultou apenas da escolha de um ângulo de abordagem mais rico (menos abstrato); resultou também, e sobretudo, do próprio desenvolvimento objetivo, tanto do modo de produção quanto da formação econômico-social capitalistas (COUTINHO, 1996, p.17).

O estado “restrito” característico da primeira metade do século XIX, torna-se segundo Coutinho (1988, p. 118) um Estado “ampliado” e “complexo”, no qual o crescente protagonismo das massas “se traduz na criação de uma rede articulada de 'aparelhos privados de hegemonia'. E isso impõe, como Gramsci não deixa de observar, uma mudança de estratégia por parte do movimento operário”.

É mister ressaltar que a ampliação que se refere Gramsci não elimina o núcleo teórico da disciplina marxista, apenas a desenvolve acrescentando novas determinações, onde distingue duas dimensões segundo ele presentes no interior das superestruturas: a sociedade política, um conjunto de mecanismos através dos quais a classes dominantes detém o monopólio da coerção e a sociedade civil, segundo ele uma nova esfera do ser social que surge com os processos de socialização política (GRAMSCI, 2011).

A própria dinâmica do capitalismo estimula essa socialização da política, onde colabora para a ampliação do número de pessoas e de grupos empenhados organizadamente

na defesa de seus interesses e para o aumento da produtividade social do trabalho que permitiu a redução da jornada de trabalho, ampliando o tempo livre e tornando um pressuposto para o incremento da organização popular (COUTINHO, 2008).

Nas formações sociais onde não ocorreu uma significativa socialização política – onde portanto, não existe uma “sociedade civil” pluralista e desenvolvida, a luta de classes se trava predominantemente em torno da conquista do Estado-coerção, mediante um “assalto revolucionário”; já nas sociedades “ocidentais”, onde o Estado se “ampliou”, as lutas por transformações radicais travam-se no âmbito da “sociedade civil”, visando à conquista do consenso da maioria da população, mas se orientam, desde o início, no sentido de influir e de obter espaços no seio dos próprios aparelhos do Estado, já que esses são agora permeáveis à ação das forças em conflito (COUTINHO, 2008, p.40).

A grande inovação na teoria de Gramsci segundo Simionatto (2011) recai sem dúvida no conceito de sociedade civil. Na seguinte passagem da obra *A ideologia Alemã*, Marx e Engels (2009) apresentam a sua compreensão identificando a sociedade civil como todo intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Compreende assim, toda a vida comercial, econômica e industrial, nessa medida transcende o Estado e a nação.

O termo sociedade civil [*bürgerliche Gesellschaft*] surgiu no século 18, quando as relações de propriedade já tinham se desembaraçado da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil como tal apenas se desenvolve com a burguesia; a organização social que se desenvolve a partir diretamente da produção e do intercâmbio, e que em todos os tempos forma a base do Estado e da restante superestrutura idealista [*Idealistischen Superstruktur*], continuou sempre, no entanto, a ser designada com o mesmo nome (MARX; ENGELS, 2009, p.110).

Portanto, a sociedade civil para Marx é considerada como um conjunto da estrutura econômica e social de um determinado período histórico. Entretanto, diferentemente da formulação marxiana, Gramsci atribui à sociedade civil um momento da superestrutura, um momento do Estado, embora o autor não elimine em seu pensamento “a base material como fator ontológico primário da sociabilidade”, conservando a ideia de natureza de classes do Estado e a sua função de conservar os interesses particulares, denominando justamente “sociedade política” como a esfera estatal cuja a função é a dominação de uma classe (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.44).

Diversamente de Marx, que atribui à sociedade civil o conjunto das relações econômicas constitutivas de base material, Gramsci chama de sociedade civil à esfera na qual agem os aparatos ideológicos que buscam exercer a hegemonia e, através da hegemonia obter consenso. (BOBBIO, 1987, p.40).

Portanto, há a ampliação dessa interpretação marxiana, a definindo como um espaço

onde se organizam os interesses em confronto, apresentando todos os seus conflitos e contradições inerentes (SIMIONATTO, 2011).

Em Gramsci, a sociedade civil é um momento da superestrutura ideológico-política e não, como em Marx, de base real. Essas esferas, contudo, não são independentes, pois estrutura e superestrutura se relacionam dialeticamente. Tal relação é a chave do marxismo gramsciano. (SIMIONATTO, 2011, p.70).

Em conjunto, as suas esferas formam o Estado ampliado que é definido como “Estado= sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção” (GRAMSCI, 1984, p.149).

Sob esse entendimento, as duas esferas que formam o Estado servem para conservação ou transformação de uma determinada formação econômico-social de acordo com os interesses de uma classe social fundamental no modo de produção capitalista, assim, “não se pode haver sociedade civil sem a determinação daquilo que constitui seu fundamento: as relações de produção” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 100).

Entretanto, a forma de encaminhar essa conservação ou transformação tomam ilustrações distintas concernentes à funcionalidade e materialidade nas duas esferas: No que se refere a distinção funcional, ou seja, diferença na função que exercem na organização da vida social: no âmbito da “sociedade civil” as classes buscam exercer a sua hegemonia, ganhando aliados para seus projetos por meio da direção e do consenso. No âmbito da “sociedade política” (Estado em sentido “estrito”/“Estado-coerção”) exerce-se sempre uma dominação fundada na coerção (COUTINHO, 1996, p.54). No que se refere a distinção de sua materialidade social própria: no âmbito da “sociedade política” tem seus portadores materiais nos “aparelhos coercitivos do Estado”, onde as pessoas sofrem um constrangimento direto de imposição de determinações, na qual não cumpridas importará sanções (COUTINHO, 1996).

Esse aparelho de coerção estatal assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (SIMIONATTO, 2011, p.71).

No âmbito da “sociedade civil”, os portadores materiais Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia” significando a adesão voluntária e não coercitiva, tornando-os assim, relativamente ‘autônomos’ em face do Estado em sentido “estrito”, apesar de Gramsci reconhecer que seu caráter voluntário e contratual esbarra na dimensão de relações de poder em dada sociedade (COUTINHO, 1996, p.54).

Dessa forma, mesmo considerando essa autonomia, Simionatto (2011, p.72) esclarece



que para Gramsci, cada formação social apresenta uma relação dialética entre a “sociedade política” e “sociedade civil”, manifestando-se principalmente em momentos de crise, “o Estado pode assegurar a ordem pela força, mas pode também recorrer aos aparelhos da sociedade civil para obter o consenso acerca de seus atos”.

Essa autonomia nasce nas sociedades “ocidentais” em relação ao Estado em sentido “estrito”, fundando ontologicamente a “sociedade civil” como uma esfera específica, “dotada de legalidade própria, funcionando como mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido estrito” (COUTINHO, 1996, p.55).

Coutinho (1996) acrescenta ainda que as duas funções estatais (hegemonia/consenso e dominação/coerção) existem em qualquer forma de Estado moderno. Porém, um Estado mais ou menos coercitivo, mais ou menos consensual, depende justamente do grau de autonomia relativa presente nas duas esferas, bem como a predominância no Estado dos aparelhos pertencentes a uma ou a outra, além do grau de socialização política e da correlação de forças entre as classes que disputam a supremacia e hegemonia.

A partir daí, percebe-se que a noção de hegemonia como direção intelectual não se confunde com uma mera dominação, se refere ao processo que uma classe se torna dirigente. Expressa a direção e o consenso ideológico que uma classe consegue obter dos grupos aliados, ou seja, construir e organizar interesses comuns e tornar-se protagonista de tais reivindicações (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). “A noção de hegemonia articula-se à concepção gramsciana de Estado, que se propõe compreender as novas características da formação e reprodução das relações de poder nas sociedades onde o capitalismo alcançou um novo estágio de desenvolvimento” (SCHLESENER, 2007, p.28).

A concepção de hegemonia remete ao esclarecimento das relações entre infraestrutura e superestrutura, à forma como as classes sociais se relacionam e exercem seus papéis. Falar de hegemonia, assim, implica em falar de crise de hegemonia também, que são representadas pelo enfraquecimento da direção política da classe dominante ou pelo enfraquecimento do poder e a perda de consenso. Nessas situações de crise, é possível a rearticulação do poder da classe dominante, que por meio da coerção, que procura manter sua hegemonia através de concessões. Assim as classes dominadas podem ampliar o consenso e articulação e reverter as relações hegemônicas a seu favor. “A constituição de classe é, assim, compreendida por Gramsci à luz da dialética subalternidade/hegemonia”, pois se as forças sociais estão estritamente ligadas à estrutura, é no âmbito das forças políticas e econômicas que se pode identificar o grau homogeneidade, de autoconsciência e de organização identificados pelos grupos sociais (SIMIONATTO, 2011, p.50).

No entendimento de Carnoy (1988, p.95)

O conceito gramsciano de hegemonia tem dois significados principais: o primeiro é um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança moral e intelectual sobre as outras frações aliadas da classe dominante, o segundo é a relação entre as classes dominantes e as dominadas. A hegemonia compreende as tentativas bem-sucedidas a classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados.

A construção do consenso em Gramsci é a busca das aspirações e demandas dispersas, mais precisamente no arco largo das classes subalternas, tendo a sabedoria de direcioná-las em um programa e direção política concreta e numa perspectiva universal. “Significa saber convencer, persuadir, ganhar adesão pelo envolvimento ativo e não pela manipulação e passividade” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.48).

Nesse contexto das relações hegemônicas, a direção política e cultural de uma classe sobre a sociedade se realiza pela mediação de seus intelectuais, que segundo Gramsci (2011, p.15) todo grupo social, “cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”.

Tal direção é realizada no seio da sociedade civil e da sociedade política:

Como elaboradores das ideologias, ao mesmo tempo que dão ao grupo que representam consciência de sua função histórica, conseguem o consentimento 'espontâneo' das massas pela formação de uma concepção de mundo vivida no cotidiano e veiculada nas instituições da sociedade civil, (SCHLESENER, 2007, p.37-38).

Já como “representantes” da classe dominante exercem uma atividade coercitiva e disciplinar através dos mecanismos da sociedade política (SCHLESENER, 2007, p.37-38).

A atuação dos intelectuais na correção de forças que exprime a hegemonia torna-se imprescindível tanto para as classes dominadas e para as classes dominantes, onde para os primeiros, assenta na necessidade histórica de superar as divisões sociais, unindo forças populares emergentes, lutando por uma nova ordem societária, e para os últimos, no sentido de criar as bases de sustentação e legitimação da ordem social instituída (SCHLESENER, 2007).

Gramsci divide os intelectuais em *tradicionais*, uma categoria de intelectuais “emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (GRAMSCI, 2011, p.16) “atuando como mediadores entre o poder

instituído e as massas camponesas” (SCHLESENER, 2007, p.38) e em intelectuais *orgânicos* (da burguesia ou do proletariado) “que expressam, organizam, defendem, os objetivos e interesses do grupo social ao qual estão vinculados”.

O conceito de intelectual orgânico implica as relações dos grupos intelectuais com as classes fundamentais e a explicação de suas funções técnicas. A concepção de organicidade é inerente à formação mesma das suas competências e das funções que desenvolvem no interior do modo de produção capitalista, inclusive no encaminhamento das lutas junto à classe que está vinculado. Estar vinculado organicamente a uma classe não significa agir de fora, externamente, de maneira mecânica. Significa, sim, participar efetivamente de um projeto às classes fundamentais: burguesia ou proletariado (SCHLESENER, 2007, p.38).

O caráter orgânico do intelectual depende, portanto, da relação que apresenta com a sua classe. Porém a origem de classe de um intelectual pode ser distinta à classe que está organicamente ligada. “Um intelectual orgânico da classe trabalhadora pode chegar a ser um intelectual orgânico da burguesia ou vice-versa” (SIMIONATTO, 2011, p.63).

Nas sociedades modernas, a conquista da sociedade civil, da direção política, do consenso, é o caminho para qualquer confronto hegemônico. Sendo a realidade contraditória e a sociedade civil o espaço do antagonismo, pode-se encontrar brechas, pontos de cisão da hegemonia existente. A contradição, gerada no mundo da produção, expressa-se na cultura, no modo como os trabalhadores vivenciam as concepções de mundo recebidas e assimiladas no seio da sociedade civil; há, no cotidiano, um contraste entre o pensar e o agir, a coexistência de duas concepções de mundo, uma afirmada por palavras e outra se manifestando na ação efetiva, assim, as ideias e as crenças mais conservadoras convivem com elementos embrionários renovadores que manifestam na ação, muitas vezes em contradição com elementos culturais, morais, religiosos, da concepção de mundo dominante (SCHLESENER, 2007, p.38).

Segundo Schlesener (2007, p.27) o vínculo concreto entre as forças materiais e as ideologias, entre o econômico-social e o ético-político em cada momento histórico, Gramsci conceitua como bloco histórico, sendo que tal conceito “permite chegar a uma análise das forças que atuam na história de um determinado período e à definição da relação entre elas”. Portanto, essa relação resulta em características que são próprias da cada formação social, em determinado momento histórico conjuntural. A correlação de forças estabelecidas em cada situação histórica, apresentam uma reciprocidade que é explicitada no modo como as ideologias se radicam na estrutura da sociedade, organizando os grupos sociais e formando o terreno onde tais grupos se movimentam e adquirem consciência de sua posição na sociedade, onde lutam para conservá-la ou transformá-la (SCHLESENER, 2007, p.28).

Assim, sabendo que a sociedade civil se traduz no conjunto de organismos privados que correspondem à função de hegemonia, esse elemento do Estado é o “conjunto de instituições nas quais se elaboram as concepções de mundo pelas quais a sociedade representa

a si mesma (suas lutas e aspirações), onde se organizam os grupos sociais e se realiza a direção política e cultural da sociedade” (SCHLESENER, 2007, p.28). Tais características só podem ser assumidas efetivamente pelo advento das lutas sociais, revoluções democrático-burguesas e organização dos Estados.

As instituições e organizações da sociedade civil, são instituições que justamente nascem da correlação de forças sociais que formam o Estado, da ampliação da participação política, dos novos conflitos sindicais, partidários e meios de comunicação, bem como sistema escolar, igrejas e universidades (SCHLESENER, 2007).

Portanto, a partir do modo como os grupos sociais se relacionam e exercem suas funções, tanto com as forças materiais de produção, como a organização do Estado e com o papel mais ou menos coercitivo da sociedade política, a conotação da hegemonia apresenta entendimentos distintos. A hegemonia é uma relação ativa que evidencia os conflitos sociais, modos de pensar e agir da vivência política conforme se desenvolvem e se correlacionam, proporcionando relações de domínio, equilíbrio entre coerção e consenso ou ampliação da participação política e organização da sociedade civil, isso porque não há direção política sem consenso (SCHLESENER, 2007).

Dessa forma, é fato que esse novo conceito de Estado e sociedade civil implica também em um novo conceito a respeito de uma teoria da revolução, pois, onde o Estado é “restrito”, o movimento revolucionário se expressa por meio da “guerra de movimento” realizando uma analogia às práticas de guerra, onde o choque frontal, como algo explosivo e concentrado no tempo é a melhor opção de estratégia. Entretanto, quando o Estado sofre uma ampliação, com a forte socialização política e o surgimento de uma sociedade relativamente autônoma a esse Estado em sentido “restrito”, a “guerra de movimento” cede `a “guerra de posição”, definindo-se como uma conquista progressiva, processual de espaços no seio e através da sociedade civil (COUTINHO, 1996). Portanto, essa teoria se contrapõe à “revolução permanente” “tal qual elaborada por Marx e Engels em 1850 e posteriormente defendida por Trotsky” (COUTINHO, 1996, p.60).

Ocorre na arte política, o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição. Com isso, Gramsci quer destacar o caráter *processual e molecular* da transição revolucionárias nas sociedades “ocidentais”: a expansão da hegemonia das classes subalternas implica a conquista *progressiva* de posições através de um processo gradual de agregação de um novo bloco histórico, que inicialmente altera a correlação de forças na sociedade civil e termina por impor a ascensão de uma nova classe (ou bloco de classes) ao poder do Estado (COUTINHO, 1996, p.60).

Para Simionatto (2011, p.74) é a partir dessa perspectiva que o elemento “Estado-

coerção” vai exaurindo-se pouco a pouco e se ampliam e fortalecem elementos presentes na sociedade civil, ou seja, as funções de domínio e coerção vão sendo substituídas pela hegemonia e pelo consenso; a “sociedade política” vai sendo reabsorvida pela “sociedade civil”. “Para Gramsci, é fundamental a superação do Estado enquanto órgão de coerção e manutenção dos privilégios e desigualdades. A democratização das suas funções é ponto essencial e imprescindível”. Bem como Gramsci (1987, p.73) reflete: todo o trabalho revolucionário só tem probabilidade de êxito quando se funda nas necessidades da vida e nas exigências da cultura dessas classes.

Dessa forma, segundo Simionatto (2011) para além do “comitê de gerência de negócios da classe burguesa” o Estado hoje se mantém e reproduz por meio de uma ampliação de seu espaço assumindo novas funções, tanto voltadas para coerção, garantindo os interesse da classe hegemônica, tanto para o consenso, institucionalizando e controlando o conflito e legitimando a ordem social, pois segundo Montañó e Duriguetto (2011,p.144) o Estado “não pode se sustentar com o uso único da força”, ele, ao ser permeado por demandas das classes trabalhadoras, “assume novas funções como estratégia de superação das crises, como mecanismo de diminuição da insatisfação popular e dos conflitos dela derivados, como instrumento de garantir ou retomar as taxas de lucratividade”. O Estado ora é forçado a incorporar demandas como forma de manter a ordem e amenizar os conflitos que por ventura possam desestabilizar o sistema governamental, ora apresenta estratégias para evitar o início do confronto social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Portanto, pode-se caracterizar o Estado em estágio monopolista, como uma “relação social”, assim se concorda com a ideia de que o Estado permeado pelas sociedades civil e política, é “um campo de batalha, de diferentes frações de interesses do grupo no poder e de classes dominadas”. Portanto o Estado “resume, condensa e mediatiza as relações sociais segundo as correlações de forças presentes na sociedade civil” (FALEIROS, 2008, p.52).

O Estado é, ao mesmo tempo, lugar do poder político, um aparelho coercitivo e de integração, uma organização burocrática uma instância de mediação para a práxis social capaz de organizar o que aparece num determinado território como interesse geral. A instância do poder político interpenetra e reflete a base econômica. A autonomia relativa do Estado resulta desta relação dialética com a economia, segundo a qual é determinado, mas também determinante (FALEIROS,2008, p.52).

O Estado assim não é neutro, nem juiz do bem-estar, nem um instrumento nas mãos da classe dominante. “O Estado é uma relação social, um campo de batalha, onde as diferentes frações da burguesia e certos interesses do grupo no poder se defrontam e se conciliam com certos interesses das classes dominadas” (FALEIROS, 2008, p.52).

A natureza contraditória do Estado, nos atenta Faleiros (2008), somente pode ser compreendida de maneira histórica e concreta de acordo com as relações de forças presentes na sociedade civil, estabelecendo a ação do Estado face a relação das forças sociais.

Segundo Faleiros (2008, p.52):

O estado é hegemonia e dominação. A hegemonia representa sua capacidade de orientar o conjunto da sociedade, de arbitrar os conflitos entre as classes e os conflitos de classe, de estabelecer uma certa coesão social. Pela dominação, ele impõe a repressão e destrói as oposições.

Então, as intervenções do Estado dependem de sua capacidade de dispor e de gerir recursos originários da acumulação monopolista segundo a pressão das forças sociais às exigências da reprodução da força de trabalho e à manutenção da paz social (FALEIROS, 2008, p.53).

## **2.2 A discussão da Política Pública no contexto do debate sobre o Estado**

Segundo Pereira (2009) o significado do termo política atualmente compreendido, é fruto de uma construção de distintos significados, sendo um sentido mais geral, referentes aos temas clássicos da política (voto, partido, eleições, representantes, governo) e um sentido mais restrito, que se refere às ações do Estado face às demandas, lutas e necessidades sociais da esfera da sociedade civil compreendida no jogo dos interesses de classes.

De origem grega, o significado clássico da política foi perdendo o seu sentido original e adquirindo várias conotações, mas mantendo como centro, a atividade política do Estado. Desde Aristóteles, o conteúdo do termo “política” se ampliou e passou a significar “estudo do tema ou o saber construído sobre essa esfera de atividade” (PEREIRA, 2009, p.88).

A política constitui uma relação entre pessoas desiguais em sociedades igualmente desiguais, onde por ser uma relação entre diferentes ou desiguais que buscam consensos, mediados pelo Estado, a política surge no “entre homens” e no “intra-espço” de convivência humana, estabelecendo-se ao mesmo tempo como relação, sendo a política não inerente aos homens, mas como resultante do imperativo de convivência entre eles (PEREIRA, 2009), sendo assim, dessa forma a busca do consenso sob as bases da hegemonia em meio aos aparelhos privados da sociedade civil.

Assim, a rejeição a pura coerção como forma de regulação, canaliza o uso da política para a legitimação. Ao contrário da coercibilidade que acontece nas ditaduras e nos Estados “restritos”, a política apresenta a vantagem do exercício democrático, “uma vez que, no processo de resolução de conflitos, as partes envolvidas não cogitam eliminar a vida do opositor” (PEREIRA, 2009, p.89).

Segundo os autores Thoenig e Meny (1992) os estudos das políticas públicas se

apresentam cada vez mais numerosos em vista da importância das instituições do Estado que:

Como organizaciones através de las cuales los agentes públicos (electos o administrativos) persiguen metas que no son exclusivamente respuestas a demandas sociales y, a la vez, como configuraciones de organizaciones y de acciones que estructuran, modelan e influyen tanto em los procesos económicos como em las clases o los grupos de interés (THOENIG; MENY, 1992, p.76).

Para eles, existem diferentes modelos teóricos que contribuem para conhecer melhor o termo política pública, reunindo três principais grupos: O primeiro centrado em um enfoque social, privilegia “al individuo y el pluralismo social, y sólo concibe el Estado, desde una perspectiva funcionalista, como una ventanilla encargada de atender las demandas sociales” (THOENIG; MENY, 1992, p.45).

O segundo, pelo contrário, tende de atribuir ao Estado a condição de instrumento de serviço de uma classe de um grupo específico. “Según esta óptica, el Estado dispone sólo de una autonomía marginal, ya represente los intereses del capital (teorías neomarxistas) o los de burócratas o expertos que lo controlan desde su interior (teorías neoweberianas)” (THOENIG; MENY, 1992, p.45).

Finalmente, un tercer conjunto intenta encontrar un camino intermedio, dedicándose a interpretar los equilibrios y desequilibrios que se establecen entre el Estado y la sociedad y que las políticas públicas permiten traducir (THOENIG e MENY, 1992, p.45).

Segundo Mincato (2012) numa versão abrangente, pode-se dizer que políticas públicas são todas as decisões e também as não decisões políticas que afetam assuntos e questões de interesse público. No geral, tomar uma decisão ou decidir não a tomar é uma decisão política. As políticas públicas surgem das questões conflitivas estruturais e específicas decorrentes da própria estrutura econômica de classes da sociedade capitalista.

Pereira (2009) quando fala da possibilidade da política resolver conflitos, esclarece que isso é possível não só porque a política é uma das formas de regulação, mas porque é dialética e contraditória, assim como o próprio Estado. Dessa forma, por ser justamente contraditória e conflituosa, ela permite a formação de contra poderes em busca da ampliação de direitos, que por sua vez, permite a valorização da dimensão social como espaço que se situa entre o econômico e o político, onde segundo Castel (2008, p.498) “todo Estado moderno é mais ou menos obrigado a 'fazer social' para mitigar algumas disfunções gritantes, assegurar um mínimo de coesão entre os grupos sociais”, para que seja possível, como assinalado por Gramsci, a construção do consenso, tendo a sabedoria de direcioná-las em um programa e direção política concreta e numa perspectiva universal, ganhando adesão pelo

envolvimento ativo e não pela coerção.

Portanto, a política ao mesmo tempo é composta por atividades formais e informais: regras pré-estabelecidas e negociações e diálogos, respectivamente. São adotadas em um pano de fundo com a presença de relações de poder e destinada a resolver sem violência conflitos envolvendo bens e assuntos públicos (PEREIRA, 2009). Portanto, o uso da política assume diferentes formas, como a luta pelo poder, concorrência entre partidos, formação de grupos de interesses para o exercício da influência, táticas, acertos e combinações (PEREIRA, 2009).

Porém, em sua configuração mais recente e restrita, o termo política privilegia interpretações na qual considera o Estado como produtor exclusivo de política pública, confundindo o termo público com o termo estatal, e a interpretação que traz a relação dialética e contraditória entre o Estado e a esfera da sociedade civil como o fermento da constituição dessa política, onde com base nesta última interpretação acerca da política, é que o estudo presente concorda.

Política pública não é significado de política estatal, concorda-se quando Pereira (2009) adverte que a política pública compromete tanto o Estado quanto a esfera da sociedade civil, ambos se fazem presente, com representatividade, controle, autonomia e poder de decisão. Refere-se a medidas e formas de ação formuladas e executadas com vista ao atendimento de legítimas demandas e necessidades sociais, em meio ao instituto do consenso.

“Trata-se, pois, a política pública, de uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade, desempenham papéis ativos”, trazendo à luz do contexto de processamento e constituição de uma política pública, os movimentos sociais, grupos de pressão, agentes locais e nacionais, partidos, entre outros (PEREIRA, 2009, p.96).

Pereira (2009) não nos deixa esquecer que as políticas públicas apresentam também como característica, a concretização dos direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados na legislação, guiando-se pelo interesse comum e soberania popular. Portanto, as políticas públicas se apresentam com a funcionalidade de atender demandas, concretizar direitos e negociar conflitos, haja vista os direitos são conquistas frutos das relações presentes na sociedade civil e só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais, por sua vez, “operacionalizam-se por meio de programas, projetos e serviços” (PEREIRA, 2009, p.95).

De acordo com Bobbio (2004) a questão de nosso tempo não consiste nos direitos garantidos ao homem nem a sua regulamentação, a grande questão é a proteção. Nos últimos anos, tem-se muito falado em direitos dos homens entre os sociólogos, juristas, políticos, etc.,



no entanto, pouco se tem agido para que eles fossem reconhecidos e protegidos efetivamente, ou seja transformando as aspirações em realidades concretas, pois apesar de haver toda uma legislação que delibere sobre os direitos no qual a sociedade apresenta, estes nem sempre são respeitados, pelo contrário, são constantemente ignorados e violados. Pois proclamar direitos e desfrutá-los efetivamente, são elementos distintos, ou seja, é necessário ter em mente que há percursos em viés distintos e em proporções desiguais em relação aos direitos do homem.

Direitos do homem, direitos naturais, direitos humanos, direitos fundamentais, valores superiores, enfim, existem vários termos presente nas literaturas no qual designam direitos. Segundo Dornelle (2006) vários autores afirmam que todos os direitos são humanos, pois somente os seres humanos são capazes de serem sujeitos e terem seus interesses e necessidades protegidas.

Os direitos segundo Bobbio (2004, p.09) são oriundos de uma evolução histórica, uma vez que não nascem de uma única vez, ou seja, nascem em determinadas circunstâncias caracterizadas por lutas que se renovam a cada período. Os direitos nascem de modo gradual, “não todos de uma vez e nem de uma vez por todas”.

A Declaração Universal do Direitos Humanos de 1948 se apresentou como o ideal comum a ser atingido por todas as nações, promovendo o respeito às liberdades e adoção de medidas progressivas. Mas, segundo Bobbio (1909, p.20) todos os direitos elencados na Declaração não são os únicos direitos do homem, são os direitos do homem tal como este se configurava na mente dos redatores do documento após a II Guerra Mundial “época que tivera início com a Revolução Francesa e desembocara na Revolução Soviética”. A declaração favoreceu assim, a emergência do indivíduo no interior de um espaço antes reservado exclusivamente aos Estados soberanos.

Uma forma de compreender melhor o campo dos direitos estabelecidos é classificá-los em gerações de direitos, Couto (2010) baseada entre outros vários autores inclusive Bobbio, estabeleceu uma classificação que alcançou de forma mais satisfatória a sintetização dessas gerações.

Assim, são considerados direitos de primeira geração os direitos civis e políticos, conquistas ocorridas no século XVIII e XIX, exercidos pelo homem contra o poder do Estado ou no caso dos direitos políticos, na esfera da intervenção do Estado. Esses direitos apresentam a natureza individual fundamentados nos princípios da liberdade.

Os direitos de segunda geração são os direitos sociais, exercidos pelo homem, mas já na presença do Estado, ou seja, é no âmbito do Estado que os homens buscam o cumprimento dos direitos sociais, embora ainda o façam de maneira individual. Tem como fundamento a

dimensão da igualdade, apresentando já um cunho positivo, contrariamente em relação aos direitos de primeira geração que apresentavam um cunho negativo em relação ao Estado, de resistência, de oposição.

Os direitos de terceira geração são os movimentos de reconhecimento dos direitos à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à autodeterminação dos povos fundamentados nos ideais de solidariedade. Dessa forma, apresentam um dimensionamento de natureza coletiva, ou seja, assumindo a titularidade não só o indivíduo, mas a família, os povos, e as nações que o requererem.

Esses direitos, segundo Couto (2010) são frutos da evolução das relações entre os povos, decorrente de conflitos e da opressão político-econômica que necessariamente convoca a coletividade para seu enfrentamento e discussão. Baseando-se nesta visão de Couto (2010, p.49) o fundamento dos direitos sociais são as “necessidades reais do homem, caracterizadas como básicas, objetivas, universais e históricas”, transitando assim, a “catarse da ótica da consciência individual para a coletiva”.

O momento catártico representa a compreensão da totalidade da vida social, a passagem do senso comum fragmentado e folclórico a uma visão mais orgânica de mundo, em que os interesses imediatos de uma classe universalizam-se em “vontade coletiva” (COSTA; SIMIONATTO, 2012).

Segundo Pereira (2009, p.102) as políticas públicas como “possibilitadora” de direitos, precisam estar voltadas para o atendimento de necessidades não só biológicas, “o ser humano, seja ele quem for, é um ser social e, como tal, é dotado de dimensões emocionais, cognitivas e de capacidade de aprendizagem e desenvolvimento, que devem ser consideradas pelas políticas públicas”.

Através de suas lutas na esfera da sociedade civil, os trabalhadores postulam direitos sociais que, uma vez materializados, são uma indiscutível conquista; mas isso não anula a possibilidade de que, em determinadas conjunturas, a depender da correlação de forças, a fração hegemônica da burguesia use as políticas sociais para justamente desmobilizar a classe trabalhadora. Essa visão dialética dos direitos sociais como conquista dos trabalhadores e não como simples instrumentos da burguesia é igualmente importante para seguimento do estudo das políticas sociais (COUTINHO, 2008).

### 2.3 Política Social como expressão da política pública

Segundo Pereira (2009) as políticas sociais se apresentam como uma espécie de gênero das políticas públicas onde se concentra no social, uma relação que envolve várias categorias complexas, tais como: coerção, persuasão, consenso, repressão, leis, enfim, a política é uma arena de conflito de interesses. “As políticas públicas, e, portanto, as políticas sociais, mudam e variam no tempo e no espaço. Elas não têm um só perfil e uma única destinação” (PEREIRA, 2009, p. 99).

Embora possa parecer óbvio, não é desnecessário lembrar que os direitos sociais, talvez ainda mais do que os direitos políticos, são igualmente uma conquista da classe trabalhadora. E não é desnecessário porque as políticas sociais - ou seja, o instrumento pelo qual se materializam os direitos sociais - são muitas vezes definidas sem que esse fato seja levado em conta. Para muitos autores que se baseiam numa leitura mecanicista do marxismo, as políticas sociais seriam nada mais do que um instrumento da burguesia para legitimar sua dominação. É como se as políticas sociais fossem uma rua de mão única: somente a burguesia teria interesse num sistema educacional universal e gratuito, numa política previdenciária e de saúde etc., já que, por meio desses institutos, não só ampliaria sua taxa de acumulação, mas obteria ainda o consenso das classes trabalhadoras, integrando-as subalternamente ao capitalismo. Essa posição, por ser unilateral, é equivocada. Como todos os âmbitos da vida social, também a esfera da política social é determinada pela luta de classes. Por meio de suas lutas, os trabalhadores postulam direitos sociais que, uma vez materializados, são uma indiscutível conquista; isso não anula a possibilidade de que, em determinadas conjunturas, a depender da correlação de forças, a burguesia use as políticas sociais para desmobilizar a classe trabalhadora, para tentar cooptá-la etc. (COUTINHO, 2008, p.64).

Seguindo a linha de raciocínio em meio as considerações apontadas, Faleiros (2008) considera as políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista uma expressão dessas relações das forças produtivas e das forças sociais. Elas, segundo seu estudo, são a expressão e resultado da luta de classes e garantidoras da reprodução das classes sociais.

Essa análise da política social implica consideração do movimento do capital e, ao mesmo tempo, dos movimentos sociais concretos que se destacam na reprodução da força de trabalho imediata e a longo prazo, assim como as conjunturas econômicas e os movimentos políticos em que se oferecem alternativas a uma atuação do Estado. A compreensão a partir da realidade da exploração capitalista e da correlação de forças no contexto da estrutura capitalista e no movimento histórico das transformações sociais dessas mesmas estruturas, é essencialmente importante para que se possa sair da armadilha de concepção instrumentalista, mecanicista e maquiavélica de Estado (FALEIROS, 2008).

Assim, é necessário compreender a relação entre Estado e processo de acumulação de capital, onde as políticas sociais em meio a caracterização do Estado, assume uma postura

contraditória onde realiza uma valorização do capital, e também interferem diretamente na valorização e na validação da força de trabalho como mercadoria, se desenvolvendo ou retraindo de acordo com a conjuntura política atuarial (FALEIROS,2008). Assim, a reorganização das forças sociais, as mudanças e contradições externas e internas modificam de forma significativa a correlação de forças e as conjunturas para a transformação e implantação das políticas sociais, haja vista não serem estáticas, são na verdade “táticas e estrategicamente utilizadas na dinâmica dos conflitos sociais”. Um fenômeno que combina concessão e conquista (FALEIROS, 2008, p.52).

Trata-se de um campo que se define historicamente pela correlação de forças, e não de um campo abstrato ou um instrumento rígido. É no confronto, na luta, que surgem as alternativas possíveis de política social, num equilíbrio instável de compromissos entre as forças presentes e os interesses em jogo. Se há força suficiente para a realização de um interesse, este se impõe, devendo parcializar-se, recuar, ou se anular diante de uma força contrária que quer realizar interesses contraditórios a esses (FALEIROS, 2008, p.82).

A ampliação do Estado, portanto, inaugura o entendimento da ampliação e fortalecimento dos “aparelhos privados de hegemonia” no âmbito da sociedade civil, aqui entendida pelo sentido gramsciano, ou seja, confronto de interesses entre representantes do capital e da classe trabalhadora.

Esse fortalecimento traduz e transparece suas dimensões classistas, contraditória e política, “como um espaço de luta organizada e articulada das classes na luta pelos seus interesses. A sociedade civil é um espaço de luta, de contradição, de relações desiguais de poder e de acesso diferenciado a recursos econômicos, políticos e sociais” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.346).

Em meio a esse contexto, tem-se a expansão cada vez mais densa das formas de dominação presente no capitalismo, provocando modalidades diversas de subalternização e de desmobilização das camadas de classe populares.

Segundo Costa e Simionatto (2012) o século XX nos legou a herança da ideologia neoliberal como os novos mantras do capitalismo contemporâneo, derivando deles as medidas dos ajustes estruturais e das orientações macroeconômicas: como o formato do Estado e sua centralidade no apoio à tendência expansiva do capital. O neoliberalismo assim, segundo Harvey (2011, p. 16) se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970, “mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista”.

Segundo Santos (2009) o sistema do capital mediante as particularidades sociais,

históricas, políticas e econômicas postas a partir de 1970, no contexto de crise estrutural, elaborou inúmeras estratégias de reação na tentativa de reverter as tendências de baixa de lucros. Sendo uma delas, a internacionalização da econômica, sendo “resultado da estreita interconexão entre mercados nacionais, nascida da liberação dos movimentos de capitais e da desregulamentação” (CHESNAIS, 1996, p. 242). E traduzindo-se no que Chesnais (1996, p.261) apresenta como o:

Desmantelamento das barreiras internas anteriores entre diferentes funções financeiras e as novas interdependências entre os segmentos do mercado, como a interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração em mercados mundializados, ou subordinação a estes.

O avanço da produção e organização social do capitalismo, haverá sempre como pano de fundo relações e processos altamente complexos e contraditórios essencialmente intensos. Em sua trajetória, estão presentes elementos importantes que caracterizam o atual estágio neoliberal, tais quais: proletarização, onde o salário é elemento central de sobrevivência do sujeito, urbanização exacerbada, desaparecimento das formas tradicionais de proteção social, lutas pela garantia de satisfação das necessidades básicas e acesso aos serviços. (LAURELL, 1992). Entretanto, a crise econômica mundial de 1970 e início de 1980, é ilustrado como o marco da ascensão de uma força político-ideológica de discurso que explica a crise econômica sendo a solução baseada em proposições que enaltecem o mercado como o melhor recurso para a satisfação das necessidades dos sujeitos, expondo a causa dos processos negativos da crise ao intervencionismo estatal e às instituições de bem-estar. Segundo Laurell (1992, p.161), tais especulações cerceiam que o intervencionismo “aumentou como resultado da democracia representativa eleitoral e das corporações, principalmente dos sindicatos” que facilitou a “organização de grupos de interesses corporativistas, que formulam demandas, o que tende a incrementar a intervenção estatal e, a restringir o livre mercado e iniciativa individual”. Esses são motivos gerais da atual crise vivenciada no contexto internacional segundo a direita neoliberal:

O intervencionismo estatal é antieconômico e antiprodutivo, não só por provocar uma crise fiscal do Estado e uma revolta dos contribuintes, mas sobretudo, porque desestimula o capital a investir e os trabalhadores a trabalhar. Além disso, é ineficaz e ineficiente: ineficaz porque tende ao monopólio econômico estatal e à tutela dos interesses particulares de grupos de produtores organizados, em vez de responder às demandas dos consumidores espalhados no mercado; e ineficiente por não conseguir eliminar a pobreza e, inclusive, piorá-la com a derrocada das formas tradicionais de proteção social, baseadas na família e na comunidade. E para completar, imobilizou os pobres, tornando-os dependentes do paternalismo estatal. Em resumo, é uma violação da liberdade econômica, moral e política, que só o capitalismo liberal pode garantir (LAURELL, 1992, p.162).

Portanto, para solucionar a crise, bastava reconstituir o mercado, a competição e o individualismo esquecidos, ou pelo menos, contidos no Estado de bem-estar. Isso significaria eliminar as intervenções inoportunas do Estado frente a economia e ao planejamento através de privatizações e desregulamentação das atividades econômicas, por meio da flexibilização das relações, normas e contribuições trabalhistas, combatendo o igualitarismo, visto que a desigualdade é o motor da iniciativa pessoal e da competição entre os indivíduos que favorece o mercado. No entanto, o Estado deveria intervir com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza e produzir serviços no qual o âmbito privado não pode ou não tenha o interesse de produzir, propõem assim uma política assistencialista, com um forte poder governamental de seletividade (LAURELL, 1992). Rebate-se dessa forma, o direito a ter direitos e a obrigatoriedade do Estado de garanti-los.

Embora a vicissitude e contraditoriedade das crises do capitalismo, sua estrutura se apresenta hegemônica, e nas relações desiguais de poder e de acesso, a aliança do Estado com a classe capitalista está longe de ser rompida. “Estado e capital estão mais ligados um ao outro do que nunca” (HARVEY, 2011, p. 178).

Portanto, segundo Costa e Simionatto (2012) no contexto das crises atuais diante do crescimento da pobreza e da exponencial concentração da riqueza, segue-se apostando na busca da “perfeição da humanidade”, com a presença do livre-comércio, da propriedade privada, de impostos baixos para os ricos, da responsabilidade pessoal e do envolvimento minimalista da esfera estatal e dos governos nas políticas sociais, apresentando cada vez mais como solução, os programas focalizados na fração empobrecida da sociedade. Tanto na América Latina quanto em parte dos países de capitalismo central, ganharam destaque os programas de transferência de renda, também conhecidos como programas de rendas mínimas mediante “o desafio de vencer as desigualdades sociais e a pobreza crescente”. (STEIN, 2009, p. 196).

Porém, Costa e Simionatto (2012, p.23) realizam uma importante reflexão crítica quando reativam em nosso pensamento a dimensão contraditória e conflitiva que almeja consenso e a hegemonia, destacando que, “se os resultados positivos da atuação do Estado nas classes subalternas significam o atendimento das necessidades de sua reprodução, ao mesmo tempo não deixam de ser reformas que mantêm intacta a estrutura do sistema”, mantendo ideologicamente a direção política dos grupos subalternos, pauperizados e desorganizados.

O papel do Estado nesse contexto é o de incorporar demandas da classe subalterna, fruto da luta de classes no interior da sociedade em seus âmbitos político e civil, para que afinal, seja consolidada sua legitimação considerando as necessidades dessas classes.

Nesse cenário, a participação política popular perde centralidade, e os programas sociais focalizados acabam por operar um verdadeiro *transformismo*, pela assimilação, por parte do Estado, de boa parte de setores e intelectuais orgânicos das classes subalternas, mediante práticas reprodutoras das desigualdades. Haja vista a consequência da “revolução passiva” é a prática do *transformismo* como modalidade de desenvolvimento histórico, marcadamente presente na sociedade brasileira, um processo que, “através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social, malgrado se apresente, nas palavras de Gramsci, como uma ditadura sem hegemonia” (COUTINHO, 2010, p. 38).

A tendência geral tem sido a restrição de acesso e redução dos direitos sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais, com base na correlação de forças entre as classes sociais e dependendo do grau de socialização e democratização, em ações pontuais e compensatórias, focalizados nos efeitos mais perversos da crise (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização, e a descentralização. Sendo esta última estabelecida não o compartilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídicos-institucionais correlatas, componente fundamental da “reforma” e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.156).

Entretanto em conjunturas tão desfavoráveis às classes subalternas, “é imperioso retomar a ação dos sujeitos coletivos, superando o terreno econômico-corporativo com vistas a fortalecer a organicidade e a universalização das lutas” (COSTA; SIMIONATTO, 2012, p.24) o que implica ainda segunda as autoras, a criação de alianças estratégicas entre a classe trabalhadora e os movimentos sociais buscando ampliar o horizonte emancipatório, haja vista a ampliação da cidadania se choca com a lógica do capital, constituindo-se assim, em um eterno espaço de disputa (COUTINHO, 2008). Haja vista para além do que preconizava a cidadania formal compreendida como a posse de um conjunto de direitos que assegurem a participação de seus membros na coisa pública, seu significado amplia-se na direção de que a participação ultrapassa os muros formais da política, e garantem uma participação efetivamente real, provocando mudanças que reeditam as formas de como se dão as relações sociais e conseqüentemente a configuração na esfera pública, o conceito de cidadania é intrinsecamente assentado sob as dinâmicas sociais, fruto de intensos debates e confrontos manifestando novos complexos, como a tensão entre direitos individuais e sociais, redução do

tamanho e investimento do Estado (PONTES, 2013).

Pensar as políticas sociais como instrumento de materialização dos direitos é pensar que as mesmas são determinadas na luta de classes e na crescente ampliação do Estado, sendo fundamental no processo de universalização efetiva da cidadania (COUTINHO, 2008).



### **3 EDUCAÇÃO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

Este capítulo objetiva apresentar um retrato da assistência estudantil dirigida ao ensino superior no Brasil. Para tanto, apresenta-se inicialmente um breve resgate do modelo de universidade que foi implantado no país a partir do final do século XIX, considerando as injunções econômicas, culturais e políticas, e dando ênfase à identificação das determinações históricas na qual o Estado se utilizou de mecanismos por meio do monopólio da repressão presente nos aparelhos coercitivos de Estado, desarticulando assim, os organismos autônomos da sociedade civil nos contextos histórico-econômicos correspondentes, ao mesmo tempo, ressaltando elementos presentes na classe que não detém a hegemonia que recriaram e recriam suas formas de direção tentando resistir e alterar as relações hegemônicas em um espaço onde se confrontam interesses e diversos projetos de sociedade a partir das correlações de forças presentes nas esferas do Estado, marcadas pelos momentos presentes nas revoluções passivas identificadas ao longo da trajetória da política de educação a partir da síntese dos conflitos. Em seguida, discute-se a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional no contexto do que ficou conhecido como a “redemocratização da política brasileira” enfatizando o momento de renovação política; e, posteriormente, expõe-se a trajetória da assistência estudantil no contexto da política de educação destacando a instituição de programas e projetos que buscaram dar forma e diretriz para a política a partir do debate mais concreto das questões relativas à democratização das condições de permanência dos jovens oriundos da classe trabalhadora empobrecida na educação superior, materializando-se assim, na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como recurso de diretriz e regulamentação das ações da assistência estudantil em caráter nacional.

#### **3.1 A universidade brasileira**

O Brasil somente apresentou um desenvolvimento de fato em relação ao sistema de educação superior a partir do século XIX, quando em 1808 com a chegada da coroa real portuguesa na colônia, Dom João VI, então príncipe regente, recebeu várias solicitações de comerciantes locais na Bahia para que fosse criada uma “Universidade do Brasil”, em contrapartida, os comerciantes dispunham-se a colaborar financeiramente (OLIVEN, 2002). No entanto, em vez de universidade, a cidade de Salvador na Bahia, passou a sediar o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia.

Já no Rio de Janeiro, com a transferência da corte real, foram inaugurados a Escola de

Cirurgia, Academias Militares, Escola de Belas Artes, Biblioteca Nacional, Museu Nacional e o Jardim Botânico, e em Olinda e São Paulo os cursos de Direto (OLIVEN, 2002).

Nota-se assim, que as primeiras faculdades brasileiras eram localizadas em cidades importantes para a coroa portuguesa e possuíam uma grande orientação profissional elitista, seguindo o modelo de escolas europeias com direcionamento bem mais ao ensino do que a pesquisa. Dessa forma, no período imperial, apesar das propostas e projetos de universidades, não foi criada uma “Universidade do Brasil” (OLIVEN, 2002).

Entre 1889 e 1918 foram criadas no Brasil 56 novas escolas superiores, a grande maioria privada. Era assim dividido o cenário da educação naquele momento: de um lado, instituições católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público, e, de outra, iniciativas de elites locais que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior. Desses, alguns contaram com o apoio dos governos estaduais ou foram encampados por eles, outros permaneceram essencialmente privados. Começou naquele momento, a diversificação do sistema que vai perdurar até os dias de hoje no âmbito do ensino superior brasileiro: instituições públicas e leigas, federais ou estaduais, ao lado de instituições privadas, confessionais ou não (CERQUEIRA; SANTOS, 2009, p.3).

Porém, no século XX, em meio ao governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), fruto do momento dialético de renovação e restauração política durante a “revolução passiva”, gradual e pelo alto que instituiu seu governo e finalizou o período da república velha, a crescente modernização e industrialização do país trouxe, além das transformações econômicas, culturais e urbanas, ideias de reformas do ensino como um todo, tendo no ensino primário público, universal e gratuito, sua grande bandeira (CERQUEIRA; SANTOS, 2009).

“Em muitos países católicos, principalmente na América espanhola, a Igreja Católica sempre esteve à frente do sistema de ensino, principalmente do ensino superior, entretanto no Brasil, a Igreja não conseguiu estabelecer o domínio desejado sobre o ensino” (CERQUEIRA; SANTOS, 2009, p.4). Embora, facultativamente, tenha logrado êxito na introdução do ensino religioso nas escolas públicas em todo o Brasil, nunca obteve do governo a atribuição da tarefa de organizar com fundos públicos a primeira universidade brasileira, mesmo estabelecendo em contrapartida, apoio ao novo regime. “A reforma ocorrida durante o período da década de 1930 foi marcada por uma intensa disputa pela hegemonia em relação à educação, especialmente em relação ao ensino superior, que então se travava entre as elites católicas conservadoras e intelectuais liberais” (CERQUEIRA; SANTOS, 2009, p.4).

Nesse período, todo o setor privado, especialmente o confessional, já era bem forte. As primeiras estatísticas educacionais, em 1933, mostravam que as instituições privadas respondiam por cerca 44% das matrículas e por 60% dos estabelecimentos de ensino superior (CERQUEIRA; SANTOS, 2009, p.4).

O governo, a partir dos movimentos sociais populares e assimilação de reivindicações de elementos de luta no seio da sociedade civil, instituiu o Ministério de Educação e Saúde, criado pelo Decreto Nº 19.402 com competência de diretriz e normatização do ensino (exceto o militar) e do magistério, assim como da cultura, letras, artes, patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico (BRASIL, 1930). Logo em 1931, por meio do decreto Nº 19.851, na gestão de Francisco Campos à frente do Ministério da Educação e Saúde, foi estabelecido o Estatuto das Universidades Brasileiras junto a mais dois decretos: Nº 19.850, que criava o Conselho Nacional de Educação (CNE), e o Nº 19.852, que tratava enfim da organização de uma primeira universidade no Brasil, Universidade do Rio de Janeiro (URJ).

A reforma do governo Vargas instituiu as universidades e definiu o formato legal ao qual deveriam obedecer todas as instituições que viessem a ser criadas no Brasil, mas, não propôs a eliminação das escolas autônomas e nem negou a liberdade para a iniciativa privada (CERQUEIRA; SANTOS, 2009).

O Estatuto das Universidades Brasileiras procurou responder às demandas emergentes, e caracterizou o ensino universitário a partir da finalidade de elevar o nível da cultura geral estimulando a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos, habilitando assim, o exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior, o estatuto tinha como finalidade também, concorrer pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias para o aperfeiçoamento da humanidade (BRASIL, 1931). No seu Art.5º sobre a constituição das universidades brasileiras, a universidade deveria atender as exigências de:

I. Congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras; II. Dispor de capacidade didática, aí compreendidos professores, laboratórios e demais condições necessárias ao ensino eficiente; III. Dispor de recursos financeiros concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena eficiência da atividade universitária (BRASIL, 1931).

Já o Conselho Nacional de Educação destinou-se a colaborar com o Ministro nos propósitos de elevar o nível da cultura brasileira e de fundamentar o valor intelectual do indivíduo e a educação profissional apurada. Por meio do decreto, foram instituídas as atribuições fundamentais do CNE, como promover e estimular iniciativas em benefício da cultura nacional e animar atividades privadas que se proponham a colaborar com o Estado em quaisquer domínios da educação, acima de tudo, aos interesses da civilização e da cultura do

país.

Porém, tais reformas de Francisco Campos, consideradas conservadoras e de caráter reacionário, foram combatidas por grupos de pensadores engajados em movimentos de luta pela educação sob um viés então renovador, cujos princípios estavam inscritos no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” elaborado por Fernando de Azevedo e contando com a assinatura de 26 educadores de todo o Brasil<sup>1</sup> (BENAION, 2006).

Sob a inspiração de novos ideais de educação, o movimento de reconstrução educacional no Brasil, reagindo contra o empirismo dominante, pretendeu transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais, a solução dos problemas educacionais; com o subtítulo “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”, o documento foi publicado simultaneamente em vários órgãos da grande imprensa brasileira - jornal O Estado de S. Paulo e Diário de Notícias, no Rio de Janeiro - e, reivindicava, a direção do movimento de renovação educacional brasileiro em meio as disputas pela condução das políticas do recém-criado Ministério da Educação e Saúde no Brasil, com o objetivo de defesa de princípios gerais que, sob a rubrica de novos ideais de educação, pretendiam modernizar o sistema educativo e a sociedade brasileira (VIDAL, 2013).

Além da laicidade, da gratuidade, da obrigatoriedade e da coeducação, o Manifesto propugnava pela escola única, constituída sobre a base do trabalho produtivo, tido como fundamento das relações sociais, e pela defesa do Estado como responsável pela disseminação da escola brasileira. Nesse sentido, distinguia-se do que denominava educação tradicional, particularmente no que considerava como a maior contribuição da Escola Nova: a organização científica da escola (VIDAL, 2013, p.3).

Assim, ao reunir a assinatura de 26 intelectuais e ao fazer uso do termo pioneiros no subtítulo, a publicação do Manifesto criava um personagem coletivo: os pioneiros da educação nova. A partir desse momento, a literatura sobre educação no Brasil consideraria esse personagem coletivo e seus princípios enunciados como marco fundador do debate educativo brasileiro, que conferiam ao Manifesto o lugar de ato inaugural da educação brasileira (VIDAL, 2013).

Segundo Vidal (2013) o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova nos dias de hoje implica percebê-lo como peça política do debate educacional de ressignificação das propostas educativas e dos objetos em confronto com o propósito explícito de orientar as políticas

---

<sup>1</sup> Foram eles: Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Dória, Anísio Spínola Teixeira, M. Bergström Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Atílio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes (VIDAL, 2013, p.4).

educativas do novo Ministério da Educação e Saúde. “Implica também compreendê-lo como monumento da memória educacional brasileira, muitas vezes revisitado pelos próprios pioneiros ao longo do tempo como estratégia de legitimação de intervenção no campo educacional” (VIDAL, 2013, p.3).

Esvaziado das condições de emergência, o Manifesto sobreviveu como uma carta de princípios pedagógicos, como um marco em prol de uma escola renovada, mas principalmente em defesa da responsabilidade do Estado pela difusão da educação pública no país (VIDAL, 2013, p.3).

Assim, em 1934, dez dias após a eleição de Getúlio Vargas para a Presidência da República pela Constituinte, Gustavo Capanema assume a pasta da Educação e Saúde Pública. Como ministro, a partir das pressões presentes nas correlações de forças na esfera da sociedade civil em destaque os movimentos sociais em defesa da educação, foi responsável por uma série de projetos de reorganização do ensino no país, assim como pela organização do Ministério da Educação em moldes semelhantes ao que ainda é hoje. O apoio dado por Gustavo Capanema aos grupos intelectuais, contribuiu para cercar sua gestão de uma imagem de modernização e renovação na esfera educacional (SCHWARTZMAN, 1985), por conseguinte, dando continuidade ao projeto de Francisco Campos, estabeleceu a formação de uma comissão, incluindo professores e intelectuais de diferentes tendências ideológicas, encarregados de estudar a ampliação da Universidade do Rio de Janeiro, que em 1937 passaria a denominar-se Universidade do Brasil.

Entretanto, pelas vias transversais das revoluções passivas antipopulares e elitistas, o Estado Novo de Getúlio Vargas foi instaurado em 1937, e, notadamente centralizador, o Ministério sob a gestão de Gustavo Capanema agiu na semelhante perspectiva de centralização. Tal característica centralizadora segundo Schwartzman (1985) foi, sobretudo, normativa. O Estado fixou em lei, todos os detalhes da atividade educacional, dos conteúdos, dos currículos, dos horários de aula, entre outros. Esse enfraquecimento dos movimentos de luta pela educação sob um viés renovador, deveu-se principalmente, dentre outros fatores, à quase inexistente autonomia financeira e frequentes incursões na área educacional pelo Exército Brasileiro, fortalecendo desta forma, o momento restaurador presente nos aspectos dialéticos presentes nas revoluções políticas passivas que se presenciou no Brasil (SCHWARTZMAN, 1985).

Assim, configurou-se uma verdadeira arena de disputas que se defrontavam diferentes projetos para a universidade brasileira, os principais pontos de conflito se relacionavam ao papel do governo federal como normatizador do ensino superior e a atuação da Igreja Católica

como formadora de caráter humanista (SCHWARTZMAN, 1985).

Em meio a isso, na segunda metade da década de 1950, o movimento estudantil entrou em cena com o objetivo de alterar toda a estrutura existente e romper com o modelo resultante dos compromissos com o Estado Novo. Em confronto ao ideário privatista do crescimento do setor privado, a efervescência dos movimentos populares estudantis buscou a ampliação das vagas nas universidades públicas, com foco no desenvolvimento do país aliado às classes populares na luta contra a desigualdade social no ensino superior (CERQUEIRA; SANTOS, 2009).

Porém, a partir da articulação política que culminou com a tomada do poder em 1964 pelos militares, fruto da correlação de forças entre as esferas presentes no Estado, o governo brasileiro com o fortalecimento da sociedade política, dada às custas dos acordos entre frações das classes economicamente dominantes e utilização de aparelhos repressivos e intervenção econômica do Estado, passou a apresentar vários mecanismos desencadeados para controlar a sociedade civil, entre eles, a repressão sobre a comunidade brasileira de intelectuais reformistas, artistas, políticos e estudantes, parcela da população considerada pelos governos ditatoriais, subversivos (CUNHA; GÓES, 1985). A correlação de forças preparava o país para uma realidade intolerante e intransigente, com demissão, suspensão e apreensão de reitores, professores e discentes, encerrando programas e projetos educacionais e nomeando interventores como reitores e diretores nas diversas universidades brasileiras (CUNHA; GÓES, 1985).

O movimento estudantil foi o principal foco de resistência ao regime militar, com a presença de instrumentos que buscaram enfatizar os embates à nova realidade política, culminando em grandes passeatas e conflitos com os segmentos do setor privado que apoiavam o regime militar (CERQUEIRA; SANTOS, 2009). Assim, ficava clara a dimensão do incômodo que os militares e conservadores sentiam em relação à instituição estudantil UNE, criada em 1937.

A ditadura perseguiu, prendeu, torturou e executou centenas de brasileiros, muitos deles estudantes. O regime militar retirou legalmente a representatividade da UNE por meio da Lei Suplicy de Lacerda e a entidade passou a atuar na ilegalidade. Em 1966, um protesto em Belo Horizonte na Faculdade de Direito foi brutalmente reprimido (JESUS; MAYER; CAMARGO, 2016, p. 252).

No ano de 1969, o decreto N° 477 representou a mais significativa expressão da repressão política e ideológica do Estado-coerção representado pela sociedade política na universidade brasileira. Este texto definia as infrações disciplinares que por ventura viesse a ser praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de

ensino público ou particulares: estava cometendo infração disciplinar os que segundo o governo estivesse aliciando ou incitando deflagração de movimento que tinha por finalidade a paralisação de atividade escolar, práticas e atos destinados à organização de movimentos considerados subversivos: como passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou se estivesse apenas participando dele, assim como a condução, realização ou confecção de material subversivo de qualquer natureza, entre outras atividades (CUNHA; GÓES, 1985).

As punições para tais infrações iam desde a demissão ou dispensa, até a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outra instituição da mesma natureza pelo prazo de cinco anos. No entanto, ao se tratar de membro do corpo docente de estabelecimento de ensino, a pena seria de desligamento, ao se tratar de discente, esse seria proibido de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos (CUNHA; GÓES, 1985). As universidades passaram a exigir dos candidatos ao magistério, uma espécie de “declaração de ideologia” emitida pelas delegacias de ordem política e social das secretarias estaduais de segurança pública (CUNHA; GÓES, 1985).

O Plano Nacional de Educação elaborado pelo Conselho Federal de Educação permeado de forte orientação privatista em meio a ditadura militar, ratificava a postura de negligência diante do ensino público e gratuito quando em apoio ao projeto privatista, colaborou com o retardamento das metas anteriormente traçadas para o sistema educacional (como de matricular 100% da população de 7 a 11 anos em escolas primárias) consubstanciando na elevação do recurso transferido para a iniciativa privada (CUNHA; GÓES, 1985).

As instituições privadas de ensino superior tornaram-se um grande negócio. Os empresários, donos dessas instituições, não tinham nenhum comprometimento com a educação e viam na necessidade imediata, por parte de um grande percentual da sociedade, da obtenção de um diploma a oportunidade de ganhar muito dinheiro. Pragmaticamente, esse fenômeno ocorreu na região mais rica do país, o Sudeste, enquanto que no Norte e no Nordeste o ensino ficava a cargo, quase que completamente, do setor público. O setor privado não tinha grandes preocupações com a pesquisa e nem com a qualidade do ensino (CERQUEIRA; SANTOS, 2009, p.6).

Tinha-se, portanto, um grande embate travado no sistema educacional “os defensores do ensino público e gratuito foram sendo substituídos pela aliança dos que lutavam pela hegemonia da escola particular subsidiada pelo Estado” (CUNHA; GÓES, 1985, p.37). Esses defensores do privatismo na educação defendiam o desmonte e desaceleração do crescimento da rede pública de ensino concordando com o repasse das verbas públicas às escolas particulares, que tratariam da escolarização de jovens e crianças (CUNHA; GÓES, 1985).

O sistema educacional sofre uma intensa dinâmica em que se aprofundam as tendências à segmentação e diferenciação das instituições de ensino. No ensino superior, a universidade é vista como uma instituição que pode contribuir para a adequação das estruturas do Estado às aspirações democráticas em curso da vida política, nacional e internacional. Entretanto, atacada, a universidade cada vez mais se afasta de seu papel fundante, onde as formas de desestruturação são cada vez mais delineadas pela progressiva aceleração do processo de privatização e do empresariamento do ensino, somadas à crescente e clara desobrigação do Estado com o financiamento da universidade pública, não assegurando condições reais de ensino e pesquisa na produção acadêmica (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2001).

Dias de penumbra, de esquecimento e desencanto, constituem metáforas que Gentili (2001) utilizou para definir os tempos sombrios da universidade pública em decorrência das políticas de ajuste promovidas pelos governos notadamente de caráter neoliberal.

Os impactos dos processos da reestruturação neoliberal nas instituições públicas de ensino superior e a conseqüente ameaça à autonomia universitária, dão forma a gritante metamorfose que presenciamos sob a égide da privatização, segundo Gentili (2001) denominado “capitalismo acadêmico”. A criação de condições legais para o livre fornecimento privado e para o direcionamento das instituições públicas para a esfera privada, é defendida como medida capaz de reduzir os gastos estatais e, ao mesmo tempo, a dívida pública pelo ingresso da receita das privatizações (LEHER, 2001).

Americanização das reformas universitárias; impacto da geopolítica dos saberes; intensa precarização das condições de trabalho que caracterizam o cotidiano das instituições de ensino e pesquisa no Brasil aglutinam-se em um círculo vicioso da precarização e privatização do espaço público, onde resulta num profundo processo de reestruturação dos sistemas acadêmicos a partir de três eixos principais que Trindade (2001) aponta: “o ajuste educativo educacional”, que se traduz pela redução da inversão pública destinada a financiar a prestação de serviços educativos, “a reestruturação jurídica do sistema”, por meio de um conjunto de novas leis, decretos e medidas provisórias que alteraram sua base normativa, e “a redefinição profunda do papel do Estado em matéria educativa”, substituindo o Estado docente pelo Estado avaliador.

Segundo as vertentes neoliberais, a universidade deve responder às necessidades que lhe são externas, tornando-se cada vez mais, uma instituição multifuncional e utilitária, representando um clima mais favorável à desagregação do ambiente acadêmico, favorecendo



o individualismo e o empresariamento dos docentes e pesquisadores, transformando-os em gerentes do ensino, da pesquisa, e da extensão (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI 2001).

Essa proposição segundo Leher (2001) contribuiu para a noção de que o investimento público nas universidades propicia baixo retorno, e por este motivo, não haveria necessidade de estimulação, portanto, a diversificação do sistema é vigorosamente defendida, pois, “vem acompanhada de novos provedores privados e, não menos importante, permite a adequação do ensino superior ao mercado e aos segmentos sociais” (LEHER, 2001, p.164).

Nota-se, portanto, que o Estado se aproximara implacavelmente de sua esfera que dispõe da utilização dos aparelhos coercitivos do Estado, impondo leis que designavam o exercício do conjunto de aparelhos dos quais a classe dominante exerce o poder.

Portanto, o descaso do governo com a educação, acentuado durante a Ditadura Militar, alçou o Brasil no ranking dos países que menos investiram em educação.

A desobrigação do Estado para com a educação teve no ensino superior diretamente mantido pelo Ministério da Educação seu efeito mais danoso. As verbas destinadas às universidades foram drasticamente cortadas, a ponto de muitas delas terem de paralisar importantes atividades de ensino, de pesquisa e de prestação de serviços (CUNHA; GÓES, 1985, p.52).

Entretanto, Silva Junior e Sguissardi (2001) destaca ao mesmo tempo, contraditoriamente, a presença de movimentos sociais atinentes à defesa da necessidade de repensar a universidade por meio de um processo amplo utilizando democraticamente a interação em conjunto com a sociedade, buscando a definição das modificações nas estruturas de organização e de poder. Nessas diretrizes e propostas, critica-se a presença da lógica do mercado e a vinculação das questões universitárias às questões de cunho empresarial, visando o estímulo à captação de recursos junto à iniciativa privada.

Assim, em 1968, com a presença de fortes lutas pela democratização do ensino que atingiram o Congresso Nacional no movimento dialético de restauração e renovação, a constituinte após anos de ditadura aprova a Lei da Reforma Universitária<sup>2</sup> por meio da Lei

---

<sup>2</sup> No primeiro capítulo sobre o ensino superior a lei estabelece no Art. 1º que tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. E no Art. 2º estabelece que este ensino deva ser indissociável da pesquisa, ministrado em universidades, em estabelecimentos isolados, organizados em instituições públicas ou privadas. O artigo 3º estabeleceu a autonomia universitária. Os §1º, §2º, §3º §4º receberam vetos em todas as suas letras. Assim, apesar de anunciar a autonomia universitária, a lei não estabeleceu as condições de sua efetivação, o que contribui com os impasses em relação ao planejamento e à gestão da estrutura universitária. O Art. 4º estabeleceu que as universidades e os estabelecimentos de ensino superior oficiais deviam se constituir em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações. Entretanto, ao estabelecer no Art. 5º que a organização e o funcionamento das universidades eram disciplinados em estatutos e em regimentos das unidades, os quais eram submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente, a lei restringiu a autonomia universitária às deliberações dos conselhos de educação. O Art. 8º definiu que os estabelecimentos isolados de

Nº5540/1968, criando departamentos que substituíram as antigas cátedras, o sistema de créditos e o vestibular com elementos de perspectiva classificatória em vez de eliminatória, entre outras determinações (CUNHA; GÓES, 1985).

Essa reforma possibilitou a profissionalização dos docentes e criou as condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação, como das atividades científicas em todo país. Dado a sua repercussão para a educação e para a sociedade civil brasileira, é reconhecida como fato histórico da mais alta relevância ao estabelecer a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores (BARBOSA; LOPES, 2015).

Entretanto, é mister refletir que contraditoriamente, a reforma foi um assunto de “gabinete”, cujas recomendações não foram colocadas a público, assim, não havendo debates abertos e participativos sobre a questão. A tradição política autoritária esteve presente na formulação da lei em seus diversos artigos, onde por exemplo, não reconhecia a legitimidade das eleições diretas. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades e Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias ou estabelecimentos isolados oficiais se davam a partir da indicação do governo e escolhidos de listas em nomes indicados pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente (LIRA, 2012).

Em relação à iniciativa privada, também não houve nenhum critério que garantisse o controle democrático sobre o comando das instituições, pois a escolha de reitores e diretores seguiram as diretrizes de seus próprios regimentos. A reforma e os meios de comunicação só serviram para divulgar os resultados. Os estudantes e os professores, na prática, não participaram do debate, assim, o tecnicismo foi a concepção que norteou toda a reforma, com a noção de planejamento limitada à parâmetros financeiros (LIRA, 2012).

### **3.2 A redemocratização política e a Lei de Diretrizes da Educação**

Assim, a gradual retomada dos movimentos sociais impulsionados pelos diversos atores sociais, fomentava cada vez mais a discussão da precariedade das condições de vida da população nos mais diversos ramos, questionando-se dessa forma, a ditadura militar e seus

---

ensino superior deviam se incorporar a universidades ou se congregar com estabelecimentos isolados constituindo federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado com critérios comuns de organização e funcionamento. O art. 9.º, que enumerou as atribuições do Conselho, não fez referência a plano ou planejamento, os planos foram deixados para a parte final da lei e aparecem desligados das intenções fundamentais que a nortearam, assim como da metodologia da ação. No artigo 15 º, os setores ligados à indústria obtiveram garantia de participação no Conselho de Curadores, que era especializado nas funções orçamentárias de fiscalização econômico-financeira das universidades. Assim, faziam parte do Conselho, elementos estranhos ao corpo docente e ao discente da universidade (LIRA, 2012, p.4).

aparelhos burocráticos de dominação.

Os movimentos sociais da década de 1980, no Brasil, não buscaram unicamente melhorias econômicas, mas também, reivindicavam a ampliação dos direitos de cidadania, especialmente no plano social. No fim dos anos 1970 e início dos 1980, os movimentos sociais urbanos definiram suas lutas e construíram sua identidade social, aumentaram sua estrutura e mudaram seu perfil, tornando-se setoriais: saúde, moradia, educação; porém, mantiveram-se interligados numa espécie de rede apoiada pelas instituições sociais, seja pela igreja ou pelas ONGs que os assessoravam (ROSTOLDO, 2003).

Assim, os segmentos da sociedade civil marcaram seu espaço e se fizeram presentes nesse período, apesar da criação de canais institucionais destinados a fragilizar e desarticular os movimentos de luta, entretanto, os movimentos pautaram-se na abertura de novos canais de diálogo entre as esferas presentes no Estado, fazendo com que suas demandas no processo social de disputa pela hegemonia, ganhassem legitimidade e gerassem resultados, incorporando novos atores na cena política que pudessem trazer uma visão renovada dos elementos de interesse coletivo (ROSTOLDO, 2003).

Ao final dos anos 1970, com os primeiros sinais de enfraquecimento da ditadura militar, devido, principalmente, ao fim do crescimento econômico (e os primeiros sinais de recessão) presente no país, somado às pressões internacionais de denúncias de assassinato e tortura por parte dos agentes da repressão a opositores do regime, a União Nacional dos Estudantes (UNE) começou a se reestruturar com os estudantes, voltando a tomar as ruas junto aos sindicalistas e outros expoentes da sociedade civil, conclamando a população em defesa da redemocratização do país (JESUS; MAYER; CAMARGO, 2016).

O Congresso de reconstrução da UNE aconteceu em Salvador, em 1979, reivindicando mais recursos para a universidade, defesa do ensino público e gratuito e pedido da libertação de estudantes presos no Brasil. No início dos anos 1980, eles tentaram também recuperar sua sede na Praia do Flamengo, mas foram duramente reprimidos e os militares demoliram o prédio. A UNE entende que a forma que tinha para acabar com a ditadura eram as eleições diretas e se engaja nessa luta. Assim, em 1984, a UNE participa ativamente com manifestações e intervenções importantes nos principais comícios populares do período (JESUS; MAYER; CAMARGO, 2016, p.252).

Assim, a ideia do povo como sujeito de sua própria história adquiriu considerável força no período de redemocratização política, aparecendo intensamente no discurso de diversos atores sociais relevantes: a Igreja Católica, segmentos da intelectualidade acadêmica, estudantes e agrupamentos de esquerda. Esses atores, ao interpretar as estruturas do período conectadas às influências intelectuais, estabeleceram “um diálogo crítico com a autoritária

cultura política brasileira, resgatando e revalorizando diversos traços da cultura brasileira, recuperando a capacidade ativa do povo, colocando-o como centro da elaboração teórica e personagem central da vida política” (ROSTOLDO, 2003, p.04).

Esses movimentos representaram a reação da sociedade civil em busca das carências que afetavam sua sobrevivência imediata no espaço urbano, assim, as mobilizações funcionaram como meio de pressão sobre o sistema de decisões, mobilizando os ânimos por transformações estruturais; na década de 1980, período da abertura política e consolidação democrática, os movimentos visavam reformas e readequações estruturais, requisitando o Estado como provedor em prol de respostas às demandas coletivas (ROSTOLDO, 2003).

Assim, o período de transição do regime autoritário para o democrático consolidou-se através de conflitos e por meio de uma complexa dialética de restauração e revolução, conservação e modernização, onde apesar da conservação dos fundamentos da velha ordem, implicou o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo, ou seja, ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim renovações que abrem o caminho para modificações e reconquistas importantes por meio das relações marcadas pelas “revoluções passivas” em seu momento de renovação: restauração da autonomia política dos estados e municípios, legalização dos partidos comunistas, estabelecimento de novas relações com o movimento sindical e legitimação dos direitos civis e políticos dos sindicalistas que outrora fora penalizado no regime militar (BARBOSA; LOPES, 2015).

Assim, com a Constituição Federal de 1988, o reconhecimento formal pela defesa dos direitos individuais, coletivos, sociais e políticos dos cidadãos brasileiros foi restabelecido. Notadamente para a educação, a Constituição Federal e o processo de redemocratização política introduziram avanços que buscaram corrigir fatos históricos, representados pelo descaso com a educação pública e gratuita, e introduziram princípios e fundamentos que favoreceram o estabelecimento de garantias de efetividade ao exercício do direito de uma educação de qualidade.

O texto constitucional traz em seu Artº 206, princípios que outrora não obtinham espaço no contexto repressivo e coercitivo no qual o país vivia durante a ditadura militar em seu momento de ápice restauração. Assim, a educação segundo a carta magna apresentou como princípios: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, enfatizou a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, assim como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Assim, pelas vias transversais das “revoluções passivas”, identifica-se a ampliação da

socialização política brasileira, junto a ela, um maior protagonismo das massas, dando forma a sociedade civil em seu conceito gramsciano de “ocidental”, na qual os conflitos podem encontrar uma solução negociada, não coercitiva, com a presença do instituto da hegemonia e uma progressiva convergência de vontades de múltiplos grupos e camadas sociais.

Assim, fruto das pressões e negociações na esfera da sociedade civil, a materialização do dever do Estado com a educação é sinalizada mediante a garantia de:

I – Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II – Progressiva universalização do ensino médio gratuito; III- Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV – Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V – Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI – Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII – Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

No Artº 207 onde se discute a questão do ensino superior e das universidades, o texto assimila finalmente depois de anos sob a penumbra da ditadura, a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A respeito da coordenação da educação superior, destacam-se dois órgãos importantes na trajetória: a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), definindo-se como uma agência de fomento à pós-graduação, coordenando e estimulando a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa e docência superior, apresentando como finalidade a coordenação e execução do Plano Nacional de Pós-graduação, promovendo estudos e avaliações do desenvolvimento de suas atividades. E o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) transformado em autarquia federal pela Lei Nº 9.948/97 com atribuições de organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais, se orientando na perspectiva de planejamento e coordenação dos sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores e estatísticas acadêmicas. (NEVES, 2002).

Nota-se a presença de um interessante delineamento da política de educação desde os primeiros passos em construção de uma política comprometida com uma educação pública e gratuita, sua trajetória mostra vários contextos de disputas e conflitos, porém, de evidente busca pelo estabelecimento de diretrizes que orientassem as bases para uma educação nacional.

Assim, em 1996, por meio da Lei Nº 9.394, tem-se o estabelecimento das diretrizes e bases da educação nacional (LDB), haja vista revogou a lei Nº 4.024 promulgada em 1961, pelo presidente João Goulart, ressaltando a abrangência da educação nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

É por meio da luta dos movimentos sociais sintetizados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação que se encontram os princípios gerais da educação, bem como as finalidades, os recursos financeiros, e a formação e diretrizes para a carreira dos profissionais da educação.

Os princípios da educação nacional que se apresentaram através a LDB, não só favoreceram o respeito às atividades, garantias e valorização dos diversos aspectos da educação nacional, favoreceram também, a valorização do profissional da educação e a gestão democrática do ensino público (BRASIL, 1996). Em relação à educação superior, o texto traz a finalidade deste ensino à estimulação da criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, buscando formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, incentivando o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura (BRASIL, 1996).

Sendo assim, as universidades no exercício de sua autonomia, asseguram a direção política de elaboração de seus estatutos e regimentos, estabelecimento de planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão, fixando o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio (BRASIL, 1996).

Sobre a assistência social estudantil, a LDB reflete como princípio, a igualdade de condições para o acesso e permanência de estudantes oriundos da classe trabalhadora empobrecida e normatiza que em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos, sendo definido que a assistência estudantil seria prestada nas instituições sob a orientação dos respectivos gestores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade.

O arcabouço legal de normativas e diretrizes da educação superior no contexto de redemocratização política se revela como a síntese das correlações de forças presente nos distintos projetos em disputa no seio da sociedade civil, portanto, a política que se apresenta

traz consigo também, as contradições e conflitos de tais momentos, haja vista são justamente o reflexo e a síntese desse conflito de classe. Assim, a trajetória política da assistência estudantil imbricada à política de educação só tem entendimento no seio do movimento de crescente socialização política presente no contexto segundo Schlesener (2007, p.27) de “vínculo concreto entre as forças materiais e as ideologias, entre o econômico-social e o ético-político”.

Portanto, considera-se necessário estabelecer as relações pertinentes no contexto das trajetórias políticas em meio aos distintos momentos históricos de socialização política presente na relação de conflitos e disputas a partir da trajetória da assistência estudantil no contexto da política de educação.

### **3.3 A trajetória da assistência estudantil no contexto da política de educação**

Como já destacado no item anterior, nas décadas anteriores à Constituição Federal de 1988, a educação superior era um privilégio de pessoas oriundas de famílias com médio e alto poder aquisitivo fazendo com que as ações de assistência estudantil fossem reduzidas em função da insignificante participação das classes de baixo poder aquisitivo na referida modalidade de ensino.

Getúlio Vargas ao assumir a presidência do país, em seu momento de renovação da “revolução passiva” gradual e elitista que deu início ao seu governo, assimilou algumas reivindicações populares e realizou uma reorganização na sociedade brasileira valorizando diversas questões, por exemplo, a educação, buscando a implementação de uma Política Nacional de Educação, e inaugurando programas de assistência estudantil no Rio de Janeiro em 1929, no entanto, numa perspectiva de apoio e solidariedade aos estudantes, sem conotações políticas de direitos (ARAÚJO, 2007).

Seguindo essa linha de “valorização”, em 1934, a assistência estudantil foi regulamentada por meio do Art. 157 da Constituição Federal que através deste, foram explicitados que os recursos destinados aos alunos que necessitassem de apoio, seriam aplicados por meio do fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos e assistência alimentar e dentária (BRASIL, 1934). Nesse período, o ensino superior estava se organizando no país e a assistência estudantil era realizada “através de investimentos em instituições na tentativa de integrar a comunidade acadêmica e acomodar os estudantes de forma satisfatória” (SILVEIRA, 2012, p.53).

Percebe-se que no ensino superior não havia uma determinação e normativa expressa a

respeito da materialização da assistência estudantil, ao “acomodar os estudantes de forma satisfatória” o texto deixa margem para a discricionariedade dos gestores institucionais em implementar projetos, qualquer que seja o âmbito, que contemplem a tentativa “satisfatória” de integrar a comunidade acadêmica e acomodar os estudantes, ou seja, cada instituição de acordo com a vontade política e discricionariamente, estabeleceria diretrizes para alcançar tal fim, de forma pontual e isolada.

Entretanto, a politização crescente dos movimentos sociais no ambiente nacional levou enfim à organização e atuação dos estudantes; embora em organizações políticas com diversidade de opiniões e propostas, os atores mantinham o desejo em formar uma entidade única representativa, forte e legítima para promover a defesa da qualidade de ensino, do patrimônio nacional e da justiça social (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2017). Assim, em 1937, a partir das correlações de forças presentes na esfera da sociedade civil, houve o favorecimento de direção política ao estabelecimento da instituição da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade representativa do conjunto dos estudantes das instituições de ensino superior existentes no país.

Os primeiros anos da UNE acompanharam o advento da segunda guerra mundial com a clara oposição ao nazi-fascismo de Adolf Hitler, pressionando assim, o governo do presidente Getúlio Vargas, entrando em confronto direto com os apoiadores do fascismo que buscavam maior espaço para a ideologia no país. Após a guerra, a UNE consolidou sua participação e posicionamento frente aos principais assuntos nacionais fortalecendo o movimento social brasileiro (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2017), haja vista a intenção da UNE, não era somente dirigir nacionalmente os estudantes, mas lutar por democracia, pluralidade política e defesa dos interesses nacionais, permanecendo na vanguarda das lutas dos estudantes para além de melhores condições dentro das instituições, era assim engajada com os embates políticos, econômicos e sociais no cenário nacional.

Nessa linha, com a promulgação da Constituição de 1946, fruto ainda da continuidade do movimento de discussão e ampliação dos debates no seio da sociedade civil, a assistência estudantil ganha força política e é posta através do Art. 172 como obrigatória, enfatizando sua promoção nos mais diversos âmbitos de ensino: "Cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar" (BRASIL, 1946). No mesmo ano, foi homologado o Decreto Nº 20.302, onde aprovava os regimentos das diretorias do ensino superior, ensino secundário, ensino comercial e ensino industrial, estabelecendo no Art. 8 que competia à Seção de Orientação e Assistência, promover a execução dos preceitos legais referentes à orientação



educacional e fiscalizá-la, mantendo organizado um plano de assistência médico-social aos alunos e estudando problemas relacionados à assistência (BRASIL, 1946).

Nota-se que a partir da correlação de forças entre as esferas do Estado e ao mesmo tempo dentro das esferas da sociedade civil é a primeira oportunidade em que a assistência estudantil é traçada em caráter concorrente na política de educação de maneira formalmente estabelecida, sendo de forma concreta a busca para o estabelecimento de um plano de assistência social e médica. Porém, observa-se que, até então, a política de assistência estudantil era posta como “serviços de assistência educacional” e uma medida de ajuda aos estudantes “necessitados” com “problemas de eficiência escolar” (SILVEIRA, 2012). Portanto, uma política fruto das “revoluções passivas” sucessivas na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática contraditoriamente no advento de uma verdadeira reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação “de baixo para cima” sendo, portanto, direcionado politicamente pelas velhas camadas dominantes.

Assim, dando continuidade à característica da direção política que se identifica na trajetória política da educação, em 1961 com a Lei de Diretrizes e Bases Educacionais e o seu novo texto em 1996 que entrara em vigor, compreendendo dentro da perspectiva dialética e contraditória dos eventos políticos e sociais que tanto marcam os processos sociais, passou-se a incumbir aos sistemas de ensino a orientação dos serviços de assistência social, sendo assim, a ser correspondida como direito de todos os estudantes que dela necessitem, um direito que corresponde aos preceitos da política de educação e não mais como ajuda aos estudantes “necessitados” (SILVEIRA, 2012).

Entretanto, é somente a partir da década de 1980 que a questão da permanência dos universitários oriundos da classe trabalhadora empobrecida passou a ser debatida com mais efervescência, convergindo na elaboração de projetos e pesquisas buscando fomentar pressupostos que proporcionasse elementos basilares de construção de um sistema nacional e integrado; assim, foram realizados os primeiros Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e as reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), órgão criado em 1987 e composto por pró-reitores, vice-reitores e responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior públicas do Brasil (FONAPRACE, 2004).

Esse órgão foi instituído pelo objetivo de formular políticas e diretrizes básicas que permitissem a articulação e as ações na área de assuntos comunitários e estudantis em nível regional e nacional, participando ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade e comprometida com a sociedade, promovendo e apoiando estudos e pesquisas na

área de sua competência, com congressos, conferências, seminários e eventos em todo Brasil (FONAPRACE, 2004).

Nas discussões do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), as dificuldades levantadas pelas instituições do ensino superior em relação à evasão e permanência dos alunos oriunda da classe trabalhadora empobrecida, salientavam a importância da redemocratização da universidade, ideia reforçada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, cuja finalidade era, além de buscar a garantia da efetividade dos direitos fundamentais e a prevalência dos princípios democráticos, contemplar o processo de redemocratização da educação, mediante a universalização do acesso e da gestão democrática, centrada na formação do cidadão (SILVEIRA, 2012).

Em decorrência das correlações de forças e do reconhecimento da importância das discussões e debates em relação à política de assistência estudantil, foi elaborado o Plano Nacional de Assistência Estudantil pela ANDIFES – Diretoria Executiva (Gestão 2007/2008), por meio do viés chamado “protagonismo institucionalizado do FONAPRACE”, com diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos em busca de satisfazer demandas da sociedade e dos alunos, constituindo-se um marco histórico que representa o compromisso da associação com a inclusão e a permanência dos jovens oriundos da classe trabalhadora empobrecida nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), apresentando como princípio a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil, assim como a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania (BRASIL, 2007).

O plano ainda tinha como objetivos:

a) Gerais: • garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida; • garantir que recursos extra orçamentários da matriz orçamentária anual do MEC destinada às IFES sejam exclusivos à assistência estudantil.

b) Específicos: • promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino; • viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna; • contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão; • redimensionar as ações desenvolvidas pelas instituições e consolidar programas e projetos, nas IFES, relacionados ao atendimento às necessidades apontadas nas pesquisas sobre o perfil do estudante de graduação, a partir das áreas estratégicas e linhas temáticas definidas; • adequar os programas e projetos articulados e integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão; • realizar pesquisa a cada 4 anos para atualização do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES; • definir um sistema de avaliação dos programas e projetos de assistência estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos para análise das relações entre assistência e evasão, assistência e rendimento acadêmico; •

viabilizar por meio das IFES uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria com as finalidades específicas de definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil; • desenvolver parcerias com a representação estudantil, a área acadêmica e a sociedade civil, para implantação de projetos (BRASIL, 2007).

Nota-se que para além do auxílio aos “necessitados”, o plano inaugura o compromisso com políticas e diretrizes que permitissem a articulação e as ações de assistência estudantis em nível nacional, reconhecendo elementos de desenvolvimento, cidadania e democratização outrora não discutidos.

No mesmo ano, foi instituído por meio do Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Um dos objetivos do Programa é a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência dos jovens oriundos da classe trabalhadora empobrecida na educação superior no nível de graduação e de um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, apresentando como meta global, a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais. O programa apresenta diretrizes que vão da redução das taxas de evasão e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno, até a ampliação da mobilidade estudantil (BRASIL, 2007b).

Assim, os momentos presentes nas transformações históricos-sociais devido a maior socialização e articulação política no seio da sociedade civil, direcionaram ao crescente fortalecimento em busca da renovação e modernização, recriando formas de direção tentando resistir e alterar as relações hegemônicas em um espaço marcadamente contraditório, dessa forma, no mesmo ano da criação do REUNI, foi instituído nacionalmente o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 12 de dezembro de 2007, apresentando a finalidade de ampliar as condições de permanência dos alunos oriundos da classe trabalhadora empobrecida na educação superior pública federal.

Por meio desse novo direcionamento através do PNAES, a assistência aos discentes é executada devendo considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Dessa forma, cabe às instituições federais, definir os critérios e a metodologia de seleção dos discentes, sendo prioritariamente atendidos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

Portanto, com a redemocratização política e a promulgação da Constituição Federal do

Brasil de 1988, fomentou-se uma base bastante favorável para empreendimentos que buscassem fortalecer a frente de luta e atenção às questões relativas ao ensino superior. Assim, assistência estudantil ganha um destaque extraordinário, pois se os discentes possuem direito à educação sob princípios de garantias e valorização, intrinsecamente teriam também direito a permanecer na universidade para que pudessem ter direito a tais direitos. Porém, o PNAES, não distinta das demais políticas públicas sociais, também é marcada pelas correlações de forças presentes nos conflitos que contraditoriamente se renovam e restauram, e é assim, construída a partir de articulações políticas que identificam sua característica e trajetória de construção, sendo, portanto, vivenciados e realizados eventos políticos e sociais que imprescindivelmente deram bases para sua concretização.

### 3.3.1 PNAES

Assim, durante a década de 1980, 1990 e 2000, a produção e uso de informação determinou-se como um instrumento importante de gestão e articulação em vista a subsidiar a formulação e implementação da política de assistência estudantil em toda a rede de ensino no Brasil, permeadas de atores que surgiram no seio da luta dos movimentos sociais e correlação de forças no Estado.

O FONAPRACE, órgão assessor da ANDIFES, buscando a frente dessa empreitada, realizou em 1997, e em 2004, duas pesquisas a respeito do perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação das IFES com o intuito de identificar e apresentar as características existentes entre os estudantes do Brasil, levantando demandas, mapeando e indicando questões na busca de fundamentar e consolidar políticas sociais para os estudantes universitários e apresentar dados que possibilitassem construir um programa nacional de assistência, onde fosse assegurado não só o acesso como também a permanência dos estudantes oriundos da classe trabalhadora empobrecida nas universidades (FONAPRACE, 2004).

Dessa forma, com a proposta de dimensionamento da política de assistência estudantil, utilizando dados do INEP, o FONAPRACE realizou sua primeira pesquisa em 1997, em caráter amostral, analisando entre outras variáveis, o conforto familiar e o grau de escolaridade do chefe da família, segundo critérios de avaliação de estratificação social da Associação Nacional de Empresas e Pesquisa (ANEP). No relatório dessa primeira pesquisa, o FONAPRACE apresentou de forma clara o posicionamento a favor da necessidade de uma política pública para a assistência estudantil universitária, e ressaltou o compromisso do

Estado com a democratização do ensino: criação de condições não fictícias de permanência dos estudantes oriundos da classe trabalhadora empobrecida na universidade, por meio da formulação de programas que busquem atenuar os efeitos das desigualdades existentes provocadas pelas condições da estrutura social, econômica e cultural (FONAPRACE, 1997).

Em 2004, foi realizada a segunda pesquisa com o mesmo teor, entretanto, incluindo informações sobre raça/etnia e informática, contando com a participação de 47 IFES. Constatou por meio da pesquisa que 65% dos estudantes precisavam de apoio institucional, seja para sua permanência na universidade ou conclusão dos cursos. Esses estudantes foram identificados como pertencentes às classes cuja renda mensal da família variava de R\$ 207,00 a R\$ 1.669,00. O estudo apontou que 42,8% dos estudantes se encontravam nas classes cuja renda média familiar mensal atinge no máximo R\$ 927,00. Em algumas regiões esse percentual aumentou, como no Norte com 64,3% e no Nordeste com 47,8% dos estudantes. Destacou-se na pesquisa que os estudantes apresentavam idade de 23 anos em média, e que o índice de estudantes oriundos de escola pública no ensino médio, era de 46,2%. Na região Norte a porcentagem era de 65,1%, enquanto que no Nordeste caiu para 37,3%. Sobre o meio de transporte utilizado pelos discentes, dados da pesquisa revelaram que em todas as regiões do país o transporte coletivo era o mais utilizado para chegar à universidade, indicando a porcentagem de 59,9%. Em relação à participação nos programas de assistência estudantil, o estudo do FONAPRACE em 2004, constatou que os programas de alimentação (restaurantes universitários) apresentaram o maior percentual de participação dos estudantes (FONAPRACE, 2004).

De maneira geral, os resultados obtidos permitiram uma análise das condições presentes nas IFES no sentido de proporcionar aos órgãos um entendimento em busca da consolidação da política com vistas a melhorar os indicadores de equidade, acesso e permanência dos estudantes oriundos da classe trabalhadora empobrecida na universidade (FONAPRACE, 2004).

Para a UNE, a assistência estudantil sempre foi uma pauta importante, em 2001 com a eclosão da greve geral dos estudantes, apresentou como pauta central o retorno da rubrica específica para assistência estudantil, haja vista em meio as correlações de forças políticas, o governo defendia uma postura na qual suprimia a rubrica de verbas para o programa de assistência estudantil considerando-a um ônus desnecessário ao funcionamento da universidade, porém, em meio a muitos conflitos, os recursos para a assistência foram conquistados dentro da chamada “emenda ANDIFES”, entretanto, a UNE seguiu defendendo uma política permanente para o programa, sem a dependência de emendas parlamentares ou

outras medidas que não garantissem permanentemente este recurso.

Dessa forma, a partir das questões relativas à assistência estudantil sendo debatidas de forma mais ampla e participativa no cenário brasileiro, com a presença dos movimentos sociais de luta, instrumentais de pesquisas, reuniões e desenvolvimento de planos e projetos em todo o Brasil, o PNAES foi instituído em 2007 e regulamentado em 2010 com o objetivo de responder aos processos em torno do debate do tema da assistência estudantil, iniciado pelos movimentos sociais e estudantis em todo o Brasil, visando a concretização do direito à assistência aos discentes das instituições federais públicas. Observa-se aí, o forte protagonismo da UNE e do FONAPRACE, pois foi a partir dos documentos produzidos e sistematizados por esse fórum que se tomaram as bases de sustentação científica de defesa da assistência estudantil.

Obviamente, para os movimentos sociais, assim como especificamente para a UNE, o ensino superior brasileiro, apesar das conquistas, ainda estava longe do que se foi pensado desde a reforma universitária: popular, democrático, emancipador, transformador e com acesso a todos e todas. As políticas de recorte social mudaram a cara e a cor das universidades brasileiras, alterando sua composição social; no entanto, tais políticas não foram suficientes para transformar a estrutura antidemocrática e excludente dessas instituições. Diante desse cenário, a UNE cada vez mais se propôs a dialogar e compreender as demandas e anseios deste novo perfil de jovens e estudantes, filhos e filhas da classe trabalhadora que ingressaram na educação superior, afim de envolvê-los na luta pela superação do modelo conservador e tecnicista de universidade. Diante desse cenário, a assistência estudantil se coloca de forma estratégica à superação das relações atualmente estabelecidas nos métodos pedagógicos, nos formatos dos currículos e na superação do ensino tecnicista.

Assim, de maneira legítima, legal e formal fruto da síntese de embates no seio da sociedade civil e política, a partir dos instrumentos de articulação política, o texto do PNAES a partir de sua implementação em todo o Brasil, apresenta como resultado dos debates nacionais, a proposta de democratizar as condições de permanência dos jovens oriundos da classe trabalhadora empobrecida na educação superior pública federal e minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência, colaborando para a conclusão da educação superior, reduzindo as taxas de retenção e evasão, e contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

As ações de assistência estudantil preconizadas pelo PNAES são desenvolvidas nas áreas de: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso,

participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

As despesas da política correm por conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas do Ministério da Educação às IFES, devendo o poder executivo compatibilizar a quantidade de estudantes atendidos com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (BRASIL, 2010). Ou seja, a política apresenta limites orçamentários delineados anualmente a sua operacionalização, remetendo-nos a problemática de concretização dos direitos sociais à denominada cláusula de reserva do financeiramente possível (reserva do possível), assim, entende-se implicitamente que essa cláusula tem como consequência o reconhecimento de que os direitos sociais assegurados na constituição devem sim ser efetivados pelo poder público, mas na medida exata em que isso é financeiramente possível, entretanto, isso não representa um “salvo-conduto” para o Estado deixar de cumprir suas obrigações sob a alegação de que “não existem recursos suficientes” (ALEXANDRINO; PAULO, 2016).

Assim, a implantação de caráter formal desse programa em nível nacional é o resultado em meio a correlação de forças presentes nas políticas sociais, de anos de lutas dos movimentos sociais e estudantis a partir dos embates de forças presentes no seio da sociedade civil a partir dos aparelhos privados de hegemonia marcados pelos momentos de renovação e restauração de maneira dialética, presentes nas revoluções passivas percebidas na longa trajetória de conflitos nas esferas do Estado para que essa questão recebesse atenção especial, representado assim, um marco histórico na área da assistência estudantil, desde suas primeiras ações na década de 1930.

Entretanto, todas as tentativas, mesmo reconhecendo o protagonismo tanto da UNE como do FONAPRACE no avanço das políticas de assistência estudantil, são reformas que colaboram para a reprodução dos modos de produção e reprodução da vida, norteados pelos valores estruturais da ordem social hegemônica. Portanto, esperar que uma política que tem seus limites demarcados dentro dessa ordem possa ser plena, é um engodo, entretanto, é possível utilizá-la como contribuição para a luta por um projeto societário contra-hegemônico, que não seja apresentado de cima para baixo (JESUS; MAYER; CAMARGO, 2016).

Portanto, para responder tal direção política, haveria de ser realizada uma política de assistência estudantil democrática e participativa, onde os usuários pudessem estabelecer suas prioridades e necessidades diante da assistência estudantil, visando a oportunidade de concretização dos objetivos ora traçados no PNAES. Porém, vale a pena ressaltar, a concretização da política de assistência estudantil em consonância com o PNAES nas

instituições federais de ensino é realizada com critérios e metodologia de inclusão fixada de formas distintas pelas instituições, sendo assim, os obstáculos, limites e desafios apresentam-se socialmente de forma proporcionalmente diversa, em meio ao eterno espaço de disputas e conflitos de interesses.

Assim, é norte compreender que na Universidade Federal do Pará (UFPA), pelas suas especificidades amazônicas de territorialidade, a assistência estudantil se comporta de maneira distinta das demais regiões brasileiras, portanto urge conhecer e compreender os aspectos históricos de implantação e consolidação da política na instituição.



## **4 A TRAJETÓRIA DE IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPA**

Neste capítulo, portanto, a partir dessas questões relativas à assistência estudantil sendo debatidas de forma mais ampla e participativa no cenário brasileiro, com a presença de pesquisas, reuniões e desenvolvimento de planos e projetos em todo o Brasil, objetiva-se apresentar um retrato da assistência estudantil que hoje se desenvolve na Universidade Federal do Pará. Para tanto, apresenta-se inicialmente um breve resgate das primeiras ações desenvolvidas na instituição. Em seguida, expõem-se os programas de assistência estudantil desenvolvidos ao longo de quase uma década, e posteriormente realiza-se um recorte e coloca-se em evidência o Programa Permanência, considerado de maior demanda na universidade.

### **4.1 Primeiras ações**

Como delineado em capítulo anterior, as ações da política de assistência estudantil dirigidas para o ensino superior no Brasil, emergiram na primeira metade do século XX e se expandiram nos últimos 15 anos do século XXI.

Partindo do pressuposto que a política de assistência estudantil, no contexto das rearticulações entre as classes, se dirige para a fração mais empobrecida da sociedade, parece mister considerar que o investimento na inserção de indivíduos em tais condições no processo de seleção da instituição, atende a um dos objetivos da referida política, daí o destaque que daremos as normativas que regem as cotas para ingresso na UFPA.

A Resolução de Nº 3.361/2005 aprovou a reserva de 50% das vagas dos cursos de graduação aos estudantes que estudaram todo o ensino médio em escolas públicas. Dessa porcentagem, 40% são destinadas aos candidatos que se declaram pretos ou pardos. De acordo com a resolução, o sistema tinha um caráter transitório e deveria ser avaliado após cinco anos de sua implementação (LOBATO, 2011). Outra ação implementada na UFPA, foi a reserva de vagas no processo seletivo para estudantes oriundos de povos indígenas, criada por meio da Resolução Nº 3.869/2009 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPA (CONSEPE), garantindo duas vagas com seleção em caráter diferenciado para candidatos indígenas.

Em 21 de julho de 2009, foi aprovada a Resolução Nº 3.883 onde garantia a reserva de uma vaga, por acréscimo, nos cursos de graduação da UFPA, às pessoas com deficiência. Já

por meio da Resolução Nº 4.309 de 2012, foi implementado a reserva de duas vagas, por acréscimo, em favor dos alunos oriundos de comunidades quilombolas no processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação da UFPA.

A trajetória do sistema de cotas é compreendida como um dos passos de grande importância para o estabelecimento de uma maior amplitude das discussões do cenário das políticas sociais de acesso ao ensino superior debatidas em âmbito nacional. Porém, as políticas de permanência que são consideradas inerentes a discussão das políticas de acesso ao ensino, eram compreendidas e realizadas de maneira isolada na UFPA até o ano de 2007. Entretanto, a partir desse ano, com o estabelecimento do Plano Nacional de Assistência Estudantil, proposto pelo PNAES, a UFPA procurou responder à regulamentação nacional.

Assim, neste ano, a Diretoria de Assistência e Integração Estudantil pertencente à Pró-Reitoria de Extensão (DAIE/PROEX) foi criada com o objetivo de atender os aspectos relativos à política de assistência e permanência aos estudantes oriundos da classe trabalhadora empobrecida na UFPA. Em busca deste objetivo, a DAIE buscou reunir todas as informações sobre o corpo discente da universidade a fim de auxiliar a concepção, o planejamento e a execução de políticas e programas institucionais por meio de um Questionário Socioeconômico e Cultural (QSEC) realizado em 2008.

Segundo a concepção do projeto de extensão QSEC, o fato de se buscar mapear os acadêmicos, garantir-se-ia base para implantação de auxílios com vistas a contemplar a permanência destes na universidade por meio de um plano de assistência estudantil dispendo a integração do estudante à comunidade acadêmica e à sociedade, criando assim, condições que oportunizassem o protagonismo acadêmico (OLIVEIRA et al, 2008).

No total, 5.963 estudantes preencheram o Questionário no período de fevereiro a abril de 2008. A partir do resultado, foi identificado que apenas 7,46% dos alunos recebiam algum tipo de auxílio estudantil (geralmente na dimensão alimentícia), outra informação expressiva se referia à raça/etnia do estudante: 53,19% declaravam-se pardos na UFPA. Quanto à renda, 2.785 estudantes declararam sua renda na faixa entre 1 a 3 salários-mínimos, cujas famílias eram beneficiárias dos programas federais como o Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Trabalho, sendo a maioria destes, sua única fonte de renda (OLIVEIRA et al, 2008).

O projeto foi importante na possibilidade de criação de um banco de informações de dados, porém, notava-se que necessitava de aprimoramentos, haja vista além de não abranger de forma alcançar a maioria da comunidade acadêmica, não compreendia outras variáveis também muito importantes para a identificação da realidade socioeconômica dos discentes,

tais como: situação de moradia, características sociofamiliares e renda per capita.

Assim, na DAIE, a partir do QSEC, estabeleceu-se cada vez mais o desenvolvimento de ações que buscassem contemplar as mais variadas questões de abordagem estudantil, e com a implementação do PNAES, a universidade buscou seguir as diretrizes propostas a fim de consolidar uma política com mais vigor e representatividade na universidade, assim, dessa forma, um ponto importante da história institucional foi a elaboração do projeto identificado como Programa Bolsa Permanência em 2008, com previsão para vigorar em 2009, objetivando a princípio “diminuir a retenção e o êxodo dos estudantes, através de auxílio alimentação, transporte, moradia e apoio pedagógico para estudantes em que for evidenciada, a partir do QSEC, a carência de recursos” (OLIVEIRA et al, 2008, p.09).

Em 2009, portanto, como previsto, foi lançado por meio da portaria N°1409 de 2009, o primeiro edital correspondente às ações da política de assistência estudantil na universidade, destinando-se a identificar e selecionar alunos de graduação visando à oferta de apoio para alimentação, transporte, moradia, atividades didático-pedagógicas e acadêmicas, além do acesso ao atendimento psicossocial, buscando a promoção da permanência do estudante oriundo da classe trabalhadora empobrecida durante o tempo regular do seu curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2009).

O valor inicialmente destinado à execução do primeiro edital foi de quatro milhões, duzentos e sessenta mil reais, disponibilizadas 1.710 bolsas, no período de um ano, distribuídas da seguinte maneira:

**Quadro 1** - Distribuição, valores e perfil de Bolsas do Programa Permanência 2009.

<b>Tipos de Bolsas</b>	<b>Quantidade de Bolsas disponíveis</b>	<b>Valor da Bolsa</b>	<b>Perfil da Bolsa</b>
Bolsa Apoio à Moradia	700	R\$300,00	Destinada aos que não dispõem de vaga gratuita em residência estudantil, ou se encontre sem condições de arcar com o custo de moradia.
Bolsa Apoio ao Transporte	110	R\$100,00	Destinada ao estudante que não resida no município em que estuda, ou se encontre sem condições de arcar com o custo de transporte.
Bolsa Apoio à Alimentação	350	R\$100,00	Destinada ao estudante que estude em campus onde não há oferta gratuita ou subsidiada de refeição, ou se encontre sem condições de arcar com o custo da refeição.
Bolsa Apoio Didático-Pedagógico	440	R\$110,00	Destinada ao estudante que não possui condições de arcar com o custo do material didático
Bolsa de Apoio à	110	R\$ 300,00	Condicionada ao engajamento do estudante em atividades acadêmicas com carga horária de 20

Atividade Acadêmica			horas semanais, preferencialmente voltadas à sua formação. O apoio à atividade acadêmica seria dado somente nos períodos em que o estudante estivesse vinculado a algum programa ou projeto na UFPA
---------------------	--	--	---

Fonte: Edital N° 05/2009 DAIE/PROEX, sistematizado pela autora, 2015.

O discente candidato à Bolsa Permanência poderia participar, no máximo, de três modalidades de apoio ou receber o valor máximo de R\$ 600,00 mensais, com priorização conforme suas necessidades (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2009). O processo seletivo do Programa Bolsa Permanência 2009 foi constituída em etapas: análise da ficha de inscrição (online), análise dos documentos apresentados, visita domiciliar, e entrevista. Atualmente -em 2017- os valores dos auxílios foram atualizados e unificados, sendo estabelecido o valor de R\$ 350 mensais para os discentes incluídos no programa na modalidade permanência (incluídos os apoios à alimentação, transporte e didático-pedagógico), e o valor de R\$ 400 mensais para os discentes incluídos no programa na modalidade moradia (incluído apoio a moradia).

Como resultados alcançados: 1.224 alunos foram selecionados com as modalidades de bolsas do Programa Bolsa Permanência: 82 alunos do campus de Abaetetuba, 23 de Altamira, 476 de Belém, 67 de Bragança, 29 de Breves, 95 do campus de Cametá, 5 de Capanema, 154 de Castanhal, 118 de Marabá, 13 de Oriximiná, 113 de Santarém, 10 do campus de Soure e 39 de Tucuruí. A modalidade de bolsa mais disponibilizada foi a Bolsa Apoio Didático-Pedagógico, com 751 bolsas distribuídas, só em Belém foram distribuídas 319 no total.

Assim, desde o primeiro edital, da primeira ação, do primeiro questionário aplicado, a política que é desenvolvida na universidade vem se modificando, ampliando as vias de atendimento e estabelecendo parcerias com outras unidades acadêmicas da instituição a fim de disponibilizar serviços que possam intervir em situações desafiadoras concernentes a integração e permanência do estudante da UFPA oriundo da classe trabalhadora empobrecida ao ensino superior, inaugurando movimentos de maneira mais concreta e organizada em direção ao enfrentamento e minimização das desigualdades existentes na universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015). Porém, embora as diretrizes das ações de assistência estudantil perfaçam um caminho mais sólido e amplo, não se tem indicativos em sua trajetória, de elementos considerados importantes em qualquer implementação de política social, a participação popular, assim é clara a falta das entidades estudantis da UFPA no seu desenvolvimento, permanecendo a ampliação das ações, curvadas às orientações “de gabinete”, tanto na concepção de projetos de assistência estudantil, quanto em reuniões de

avaliação de atividades.

#### 4.2 Os programas de assistência estudantil desenvolvidos na UFPA

Assim, como já identificado anteriormente, em meio ao processo de debates e discussões em cenário nacional do desenvolvimento de ações e políticas de acesso e permanência dos estudantes oriundos da classe trabalhadora empobrecida na educação e a trajetória de implementação da assistência estudantil alinhada ao PNAES nas IFES, a UFPA apresenta ao longo de sua trajetória, o desenvolvimento de planos, programas e ações cujas atividades e objetivos, embora implementados e planejados de forma unilateral, regidos pelos princípios gerais do PNAES regulamentado em 2010. São eles:

O **Programa Alimentação Estudantil**, que tem por objetivo contribuir para a permanência do estudante oriundo da classe trabalhadora empobrecida na universidade proporcionando alimentação de qualidade, balanceada e variada por meio dos restaurantes universitários. O Restaurante Universitário da UFPA, unidade vinculada a Pró-Reitoria de Administração, foi inaugurado em 01 de outubro de 1993 e iniciou suas atividades em 13 de outubro do mesmo ano, com sua estrutura física projetada para o atendimento de até 1.200 refeições.

Hoje, em 2017, a UFPA apresenta dois restaurantes localizados no campus profissional e básico em Belém, dispõe da oferta de em média 2.600 refeições no almoço e 800 no jantar, no qual o estudante a obtém no valor de R\$ 1,00. O custo global de cada refeição, para a universidade, varia em torno de 5 a 6 reais. Subsidiada, em grande parte, com recursos da assistência estudantil (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015).

Todavia, dentro da perspectiva de alimentação e assistência estudantil, em 2010, foi consolidado oficialmente o auxílio *Taxa Zero*, destinado à isenção do pagamento da taxa para alimentação na universidade, tanto no almoço, quanto no jantar (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015).

Este auxílio dispõe de 200 vagas para estudantes do campus Belém, o perfil do estudante destinado ao programa é identificado através da seleção do Programa Permanência, ou seja, não há inscrição por demanda espontânea nem edital referente a este auxílio. O Taxa Zero é destinado somente aos alunos do município de Belém, porque é o único campus que dispõe de restaurantes universitários (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015).

Outro programa de assistência estudantil desenvolvido na UFPA é o **Programa Estudante Saudável**, seu objetivo é promover ações de saúde no âmbito individual e

coletivo, que abrangem assistência e atendimento à saúde, a prevenção de agravos e o diagnóstico e tratamento de baixa complexidade, visando o bem-estar e a qualidade de vida do discente de graduação na UFPA por meio das ações e serviços de:

- *Assistência odontológica e preventiva*: oferecendo serviço de assistência à saúde bucal, como cuidados de urgência e emergência disponibilizado pelas Clínicas de Odontologia;
- *Clínica de Psicologia*: oferecendo serviços voltados à prevenção, manutenção e recuperação da saúde psicológica por meio das Clínicas de Psicologia;
- *Ações voltadas para prevenção de câncer*: em estudantes universitárias, desenvolvendo ações visando a prevenção de doenças infecciosas e do câncer de colo do útero, de mama e do aparelho respiratório, sendo as discentes atendidas em laboratórios específicos no prédio do Instituto de Ciências Biológicas;
- *Serviço de Assistência Psicossocial aos Discentes (SAPS)*: oferecendo ações de atendimento médico, psicológico, social, familiar e pedagógico aos discentes e membros de 1º grau de sua família, disponibilizado por meio do Instituto de Ciências da Saúde;
- *Consultas pré-agendadas no Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS) e Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB)*: unidades de saúde médico, ambulatorial e hospitalar, visando o atendimento de alunos que necessitem de atendimentos médicos, exames complementares e cirurgias ambulatoriais no período de permanência universitária (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015).

Para acessar a esses serviços, o estudante é encaminhado pela DAIE/PROEX mediante autorização e consulta prévia com um médico clínico geral da Equipe Multiprofissional da própria diretoria (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015).

O **Programa Moradia Estudantil** é realizado por meio Resolução/CONSUN/UFPA Nº 704, de 26 de janeiro de 2012, que instituiu um novo Regulamento da Casa de Estudantes Universitários da UFPA em consonância com a Resolução Nº 657 de 23 de dezembro de 2008 que regulamenta o Código de Posturas dos estudantes incluídos no programa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015).

O programa é destinado a selecionar estudantes oriundos da classe trabalhadora empobrecida dos cursos de graduação da UFPA que se encontrem sem condições financeiras

de arcar com o custo de moradia fora de seu local de origem, ou seja, visa proporcionar aos discentes, acolhimento e condições habitacionais adequadas à sua permanência e desenvolvimento acadêmico durante o tempo regular do curso de graduação até a diplomação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015).

As vagas da *Casa de Estudantes Universitários da Universidade Federal do Pará* (CEUS-UFPA) são preenchidas, preferencialmente, por alunos de graduação e, ocorrendo vagas, em até 10% de pós-graduação que não tenham vínculo empregatício (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015). Atualmente a DAIE/PROEX mantêm casas para estudantes nos municípios de Belém, Altamira, Breves, Castanhal e Tucuruí. O processo de seleção de estudantes para ocupação das vagas nas residências é feito de acordo com o surgimento de vagas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015).

O **Programa de Apoio Pedagógico** é um conjunto de projetos e ações pedagógicas que visam dar suporte ao nivelamento e ao desenvolvimento de competências básicas aos acadêmicos. São eles: *Auxílio às Viagens Acadêmicas, Apoio a Eventos Estudantis, Programa de Cursos de Nivelamento da Aprendizagem (PCNA), Plantão Psicoeducacional, PROLÍNGUAS ou Auxílio Acesso às Línguas Estrangeiras e o ProDigital.*

O *Auxílio às Viagens Acadêmicas* visa o apoio na participação do discente em eventos acadêmicos científicos, tecnológicos e culturais realizados em todo Brasil. O valor do auxílio visa o custeio de hospedagem, passagem ou inscrição do aluno em evento, sendo a quantia repassada dependendo da localidade onde o evento se realizará (Pará, Amapá, Maranhão, Ceará, Piauí, Tocantins- até R\$ 500,00; Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba- até R\$ 800,00; Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro-até R\$ 1.000,00; Paraná, Santa Catarina, Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, Rio Grande do Sul- Até R\$ 1.300,00) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015).

O *Apoio a Eventos Estudantis* destina-se exclusivamente a apoiar a realização de eventos estudantis na UFPA, visando o intercâmbio didático-científico (semanas ou jornadas de cursos, semana de calouros, congressos, simpósios, seminários, ciclos de conferências e outros similares) ou político-acadêmico (encontros de estudantes e de entidades estudantis) de abrangência local, estadual, regional, nacional ou internacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014g).

O valor global destinado à execução do auxílio é de R\$ 500.000,00 distribuídos em: Eventos locais: até R\$ 5.000,00; Eventos estaduais ou regionais: até R\$ 10.000,00; Eventos nacionais: até R\$ 30.000,00; Eventos internacionais: até R\$ 45.000,00 (UNIVERSIDADE

FEDERAL DO PARÁ, 2015).

O projeto de *Cursos de Nivelamento da Aprendizagem (PCNA)* apresenta uma parceria do Instituto de Tecnologia (ITEC) e a PROEX, tendo como meta geral, fortalecer a formação em ciências básicas dos discentes dos cursos de engenharia, de modo a proporcionar melhor desempenho acadêmico, bem como garantir a integralização curricular em tempo hábil e, principalmente, um processo de ensino-aprendizagem mais efetivo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015b).

Segundo a coordenação do projeto, existe uma demanda de discentes ingressantes dos cursos de engenharia com habilidades nas ciências básicas aquém do necessário para um bom andamento na graduação, por este motivo, em atenção à formação acadêmica, o projeto apresenta o objetivo de auxiliar na aprendizagem dos alunos desta área de ensino, fazendo-os avançar em suas graduações com regularidade, visando a tentativa de diminuir os índices de desistência nestes cursos, os quais são altos no ensino superior (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015b). O projeto se divide em três cursos: Matemática Elementar, Física Elementar e Química Elementar, oferecendo aulas presenciais intensivas com uma equipe de monitores e contando também com o apoio do Plantão de Dúvidas que funciona durante todo o semestre (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015b).

O *Plantão Psicoeducacional* oferece ações de atendimento psicológico voltados aos discentes já em acompanhamento acadêmico, visando potencializar as ações de apoio para o bom desempenho acadêmico, e enfrentamento e superação das dificuldades emocionais que possam influenciar nas atividades de aprendizagem (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015).

O *PROLÍNGUAS ou Acesso às Línguas Estrangeiras* visa disponibilizar vagas gratuitas em cursos livres de proficiência em línguas estrangeiras alemã, francesa, espanhola e inglesa. Para isso, apresenta parceria com a Casa de Estudos Germânicos (CEG), Faculdade de Letras Estrangeiras Modernas (FALEM) e Cursos Livres de Língua Estrangeira (CLLE) do Instituto de Letras e Comunicação (ICL) da UFPA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015).

O *ProDigital*, projeto caracterizado principalmente pela implantação de Infocentros (espaços de pesquisa gerenciados pela DAIE, equipados com computadores e impressoras de uso geral dos discentes) com funcionamento nos campi de Altamira, Cametá e Belém (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015c).

E o **Programa Permanência**, programa que consiste na ação de assistência estudantil de maior demanda na UFPA, construído a partir dos primeiros passos do extinto Programa



Bolsa Permanência de 2009; este Programa Permanência apresenta o objetivo de atender e selecionar estudantes oriundos da classe trabalhadora empobrecida, cursando a primeira graduação e que não possuem condições financeiras de arcar com custeio total ou parcial com alimentação, moradia, material didático-pedagógico e transporte até a universidade, promovendo o apoio à permanência deste estudante na universidade, proporcionando condições básicas e assegurando aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015).

O Programa Permanência desenvolvido na DAIE/PROEX apresenta 11 modalidades de auxílios: *Auxílio Permanência e Moradia*; *Auxílio Permanência e Moradia Intervalar*; *Auxílio Permanência Especial (PcD)*; *Auxílio-creche*; *Auxílio Estudante Estrangeiro*; *Auxílio Emergencial*; *Auxílio Kit Acadêmico*; *Auxílio Kit Acadêmico Especial (PcD)*; *Auxílio Instruir*; *Auxílio Casa do Estudante*; *PROLÍNGUAS ou Auxílio Acesso às Línguas Estrangeiras*, *Bolsa de Apoio à Atividade Acadêmica (I e II)*.

O *Auxílio Permanência e Moradia* são modalidades do Programa Permanência onde a modalidade permanência destina-se a apoiar o estudante durante o período de 12 meses, renováveis até a diplomação, que se encontre sem condições de arcar com o custo parcial ou integral com transporte, alimentação e material didático-pedagógico para realização de seus estudos e a modalidade moradia destina-se ao estudante que não dispõe de vaga gratuita em residência estudantil (casa do estudante) e que se encontre sem condições de arcar com o custo de moradia fora de sua cidade de origem, como por exemplo, o pagamento de aluguel em residência, apartamento ou república (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015d).

O *Auxílio Permanência e Moradia Intervalar* também modalidades do Programa Permanência, seguem o mesmo norteamento do edital dos auxílios permanência e moradia, entretanto, destina-se a selecionar discentes de cursos de graduação da UFPA na modalidade intensiva. Este auxílio é concedido no 1º e 3º períodos letivos em uma única parcela no valor de R\$ 900,00 para alunos que não residem no município sede do campus ao qual o curso de graduação é vinculado, ou os que residem no mesmo município sede do campus, porém em lugar distante, que exija sua mudança temporária no decorrer do período letivo. E uma única parcela no valor de R\$ 350,00 para alunos que residem no município sede do campus ao qual o curso de graduação é vinculado, porém que não exija mudança temporária no decorrer do período letivo, entretanto, demande auxílio financeiro, ambos igualmente podendo ser renovados até a diplomação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015e).

O *Auxílio Permanência Especial (PcD)* por meio da Instrução Normativa PROEX/UFPA Nº 02, de 12 de agosto de 2014, estabeleceu normas e procedimentos para a

inclusão do discente com deficiência com o objetivo de apoiá-lo economicamente, subsidiando necessidades básicas em relação a alimentação, transporte, material didático e moradia, colaborando assim, para sua permanência durante o tempo regular do curso de graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014).

O auxílio se apresenta também nas duas modalidades: permanência e moradia, com a vigência de 12 meses e cabendo renovação até o final do curso, e igualmente com base nos critérios estabelecidos pelo edital do Programa Permanência nas modalidades permanência e moradia vigente.

É discente candidato aos auxílios, aqueles discentes que apresentem deficiência física, motora, sensorial ou múltipla, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação de acordo com o Código de Identificação de Doenças (CID) do Ministério da Saúde (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014).

O *Auxílio-creche* por meio da Instrução Normativa PROEX/UFPA N° 02, de 26 de janeiro de 2015, estabelece critérios para inclusão do discente oriundo da classe trabalhadora empobrecida, na busca de alcançar a manutenção das atividades acadêmicas e estimular a permanência com êxito na universidade. Esse auxílio tem por objetivo subsidiar aos estudantes de graduação presencial extensiva, a contratação de serviços de creches e pré-escolas para seus filhos. Este auxílio poderá custear parcialmente ou totalmente as despesas com serviços na Educação Infantil, o filho em idade compreendida entre 1 ano e 6 meses a 5 anos 11 meses e 29 dias, vedado seu uso para pagamento de pessoa física ou jurídica prestadora de serviço tipo “babá”, “cuidador (a)” entre outros. Entretanto, poderão ser analisadas solicitações de uso especial do auxílio-creche para pagamento de gastos com serviços profissionais especializados, comprovados por exames específicos e atestado médico, ou apresentem o acometimento de doença grave, assim considerada pela legislação vigente, particularmente no inciso XIV do Art. 60 da Lei 7.713 de 22 de dezembro de 1988 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015f).

Vale ressaltar que a instrução normatiza o pagamento de mensalidades em creches e pré-escolas devidamente registradas em Conselhos Municipais de Educação, com valor de referência para o pagamento de R\$200,00 a R\$600,00 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015f).

O *Auxílio ao Estudante Estrangeiro* que por meio da Instrução Normativa PROEX/UFPA N°01 de 16 de julho de 2014, estabeleceu critérios para inclusão dos discentes estrangeiros ao auxílio, também se apresenta nas duas modalidades: permanência e moradia.

Este auxílio consiste em subvenção financeira com periodicidade mensal a fim de

subsidiar necessidades básicas, total ou parcial, com alimentação, transporte, material didático e moradia, em vista a minimizar dificuldades socioeconômicas que comprometem a permanência do discente estrangeiro na instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014b).

O *Auxílio Emergencial* por meio da Instrução Normativa PROEX/UFPA Nº 05, de 19 de setembro de 2014, estabelece um subsídio financeiro com prazo determinado, concedido aos discentes de graduação em casos de excepcionalidade, que por alguma questão recente e emergencial não consiga suprir as despesas relativas à sua permanência na instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014c).

O *Auxílio Kit Acadêmico* consiste em subsidiar a aquisição de materiais, equipamentos de instrução e de apoio às atividades didático-pedagógicas e acadêmicas de estudantes que não apresentam recursos financeiros suficientes para arcar com os custos de material básico. No edital lançado no ano de 2015 foram disponibilizados 250 auxílios (no ano de 2016 não houve lançamento de edital por insuficiência de recursos):

**Quadro 2** - Auxílios Kit Acadêmico distribuído por valores e categoria de cursos atendidos

<b>Quantidade de Auxílios</b>	<b>Valor de cada Auxílio</b>	<b>Cursos atendidos por área</b>
70	Até 2.500,00	Odontologia
80	Até 2.000,00	Demais cursos da Saúde
100	De 1.000,00 a 1.500,00	Demais cursos de graduação

Fonte: Edital Nº08/2015 DAIE/PROEX, sistematizado pela autora, 2015g.

Os materiais adquiridos deverão ser aqueles instrumentos necessários e imprescindíveis para a garantia do bom desempenho das atividades acadêmicas, a exemplo dos cursos de Medicina, Odontologia, Enfermagem e Medicina Veterinária (estetoscópio, bisturis, pinças, estojos, kits odontológicos, entre outros aparelhos) a exemplo dos cursos de graduação em Artes Visuais, Arquitetura, Engenharias, Geologia e Oceanografia (mesa para desenho, lápis e papéis para desenho, telas e tintas, livros e manuais de uso frequente, canetas para desenho e caligrafia, pincéis, paleta, capacetes, protetores oculares, entre outros instrumentos). No caso dos alunos de graduação em Música, poderão ser adquiridos no limite de um instrumento por discente (clarinete, trompete, trombone, contrabaixo, guitarra, violão,

teclado, entre outros). No caso de alunos dos cursos de Arquitetura, Artes Visuais e Engenharias, poderão ser adquiridos softwares e hardwares (computadores ou notebooks) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015g).

O *Auxílio Kit Acadêmico Especial* por meio da Instrução Normativa PROEX/UFPA N° 7 de 14 de outubro de 2014, consiste num subsídio financeiro destinado ao discente com deficiência a fim de adquirir material didático e pedagógico acessível e inclusivo de uso individual necessário ao seu processo de ensino-aprendizagem (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014d).

O *Auxílio Instruir* é estabelecido por meio da Instrução Normativa PROEX/UFPA N° 03, 26 de janeiro de 2014, como uma modalidade do Programa Permanência de subsídio financeiro com objetivo de apoiar, com exclusividade, o discente do curso de odontologia oriundo da classe trabalhadora empobrecida, de determinado período semestral, tendo em vista o alto custo do instrumental técnico específico de uso individual necessário ao processo de ensino-aprendizagem. O valor total do auxílio por aluno é de R\$ 12.000,00, pagos em quatro parcelas de R\$ 3.000,00, sendo o quantitativo de auxílios condicionado à existência de recursos orçamentários (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014e).

O *Auxílio Casa do Estudante* por meio da Instrução Normativa PROEX/UFPA N° 04 de 08 de setembro de 2014, estabelece normas e procedimentos para o estabelecimento de apoio financeiro aos discentes que residem em moradias estudantis como: Casa de Estudante Universitário e moradias custeadas pelos governos estaduais e municipais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014f).

A *Bolsa de Apoio à Atividade Acadêmica* consiste no apoio financeiro aos discentes de graduação que desenvolvem atividades em unidades e subunidades acadêmicas ligadas a programas e projetos relacionados à assistência e integração estudantil, desde que pertencentes à essência da formação acadêmica (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015h).

Por meio da Instrução Normativa PROEX/UFPA N° 01, de 23 de janeiro de 2015, que esclarece sobre as especificidades dessa bolsa, sinaliza que as atividades desenvolvidas pelo discente nesta modalidade poderão ser identificadas como estágio curricular, desde que haja supervisão por um docente ou técnico-administrativo de sua área de formação, assim como a elaboração de um plano de trabalho a ser desenvolvido pelo discente e o acompanhamento no desenvolvimento das atividades realizadas, avaliando seu desempenho no decorrer de vigência da bolsa e incentivo a participação de programas e projetos de ação e à produção científica (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015h).

Os valores das bolsas acadêmicas I (carga horária de 20 horas semanais) e II (carga horária de 30 horas semanais) são respectivamente de R\$ 400,00 e R\$ 600,00. Apresentam como prioridade para a inclusão à Bolsa de Apoio à Atividade Acadêmica (I e II) os discentes que não conseguiram ser selecionados no Programa Permanência nas modalidades de permanência e moradia (listados no Cadastro de Reserva). Porém, não havendo Cadastro de Reserva, a seleção obedece a seguinte prioridade: I - discentes cotistas; II - discentes não cotistas com renda familiar bruta de no máximo três salários-mínimos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015h).

Em relação aos discentes oriundos das aldeias indígenas e quilombola, os recursos destinados à assistência estudantil são complementados pelo **Programa Bolsa Permanência MEC**. Este auxílio financeiro tem por finalidade em tese, reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil e promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico aos estudantes oriundos da classe trabalhadora empobrecida (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015).

Seu valor estabelecido pelo Ministério da Educação apresenta uma diferenciação, é o dobro do valor dos auxílios do Programa Permanência em razão das especificidades com relação à organização social das comunidades tradicionais (condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições) amparadas pela Constituição Federal, de 1988. A bolsa é paga com recurso oriundo do Ministério da Educação (MEC), e pode ser acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas, a UFPA mensalmente envia a relação dos discentes incluídos no programa ao MEC e este assim, homologa e repassa a verba para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a fim de providenciar os pagamentos dos auxílios (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015).

Essas modalidades de programas e auxílios com base na seleção em critérios socioeconômicos, apoiam os estudantes por meio do recebimento mensal financeiro e/ou acesso a serviços gratuitos, oportunizando a permanência do estudante oriundo da classe trabalhadora empobrecida durante o tempo regular do seu curso até sua diplomação. Os números de auxílios disponíveis, assim como as vagas de acesso são previstos de acordo com os recursos disponíveis de assistência estudantil a cada ano, podendo ser ampliados ou retraídos.

### 4.3 O Programa Permanência da UFPA

O Programa Permanência realizado na UFPA é regido e operacionalizado pelos editais e instruções normativas das diversas modalidades de auxílios que o compõe, as modalidades se diferem entre si pela especificidade da demanda, porém, os meios de seleção, análise socioeconômica, condicionalidades e formas de manutenção dos auxílios financeiros, são comuns em todos os auxílios.

As normativas e diretrizes apresentadas pelos editais possuem uma paridade com o PNAES, entretanto, vale a pena ressaltar, a política se estabelece com o advento da autonomia administrativa e financeira da universidade, buscando proporcionalmente responder às especificidades regionais e sociais de cada instituição, assim, é possível compreender que cada política que se desenvolve institucionalmente é marcada pelas correlações de forças presentes no seio da sociedade imprimida na universidade, que corresponde e reproduz os direcionamentos e consensos estabelecidos intrinsecamente nas lutas de classes presentes na esfera da sociedade civil do Estado, relações que representam a síntese do conflito existente e que transparecem o confronto de projetos societários distintos.

Durante o estudo e compreensão de tais relações, alguns elementos identificados mereceram um imprescindível exercício de compreensão e reflexão, buscando estabelecer uma discussão das relações presentes a partir da aproximação de elementos de análise que proporcionasse realizar tal exercício.

Em relação aos meios de seleção, o processo seletivo em sua operacionalização é norteado pelas etapas preestabelecidas em edital, inicialmente pela inscrição no processo seletivo: cadastro e preenchimento do questionário socioeconômico eletrônico no Sistema Gerencial de Assistência Estudantil (SIGAEst), e após a homologação das inscrições: realização de visita domiciliar, e entrevista quando necessária a critério da equipe técnica (constituída de 9 assistentes sociais, 2 psicólogas e 2 pedagogas) finalizando o processo com a análise socioeconômica e parecer social conclusivo.

Vale a pena ressaltar que embora o instrumental de visita domiciliar seja considerado pelos editais como parte do processo de seleção, e a entrevista realizada quando necessária, esses instrumentais são efetuados de maneira esporádica e pontual, sendo a realização uma opção da equipe técnica. Tal decisão permite considerar que os técnicos têm uma relativa autonomia no trabalho realizado, chamando atenção para as possibilidades de atuação profissional que estão presente no âmbito da execução das políticas sociais, muitas vezes entendidas apenas pelo seu aprisionamento estrutural.

Vale destacar que a regulamentação em edital sobre a visita domiciliar e a entrevista não deixam dúvidas sobre o poder de controle e clivagem do discente e sua família. Assim, a visita domiciliar é identificada com a função de “verificar *in loco* a realidade socioeconômica e familiar do (a) discente, para comprovação e autenticidade das informações constantes no Questionário Socioeconômico e da documentação apresentada”, e a “Entrevista: será realizada quando necessária, tendo em vista a necessidade de esclarecimento de situações específicas identificadas pela equipe técnica da DAIE/PROEX, responsável pela triagem e seleção dos candidatos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2015d).

É evidente que dada a redação, o entendimento institucional parte da perspectiva de verificação de fidedignidade das informações prestadas pelo aluno, ou seja, esta característica atribuída à visita domiciliar e entrevista, se propõe em caráter de constatação, comprovação de empobrecimento e verificação de autenticidade de informações em detrimento da visita domiciliar como uma “técnica social de natureza qualitativa, por meio do qual o profissional se debruça sobre a realidade social com a intenção de conhecê-la, descrevê-la, compreendê-la ou explicá-la”(AMARO, 2014, p.09), possibilitando decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado, “revelando-se fundamental, no compasso em que possibilita a aproximação entre dimensão da realidade social concreta em suas múltiplas manifestações e a sua totalidade histórica nas expressões humanas” (AMARO, 2014, p.21). Possibilitando dessa forma, uma ampliação do acesso aos programas e serviços assistenciais e não o contrário.

Porém, pode-se compreender que na perspectiva institucional, os instrumentais (quando realizados) se dedicam a coletar sob uma série de fatores observáveis imediatos, a veracidade de dados declarados.

Entretanto,

A verdade do real não reside exclusivamente em situações conhecidas postas à verificação, mas em um indefinido número de outras situações desconhecidas, postas à exploração investigativa do profissional durante a realização da visita (AMARO, 2014, p.60).

Assim, é necessário refletir que o incentivo à permanência dos estudantes oriundos da classe trabalhadora empobrecida, deve ser colocado em um plano mais consistente, com a priorização de investimentos e acompanhamento contínuo da realidade dos estudantes, refletindo e debatendo a necessidade da revisão das práticas institucionais, principalmente no tocante a omissão de ações que contemplem as necessidades subjetivas dos estudantes, contribuindo dessa forma para a ampliação do acesso.

Em relação à análise socioeconômica, consideram-se como critérios relevantes: a

renda bruta do núcleo familiar; a forma de ingresso na universidade e a situação de moradia descrita no questionário socioeconômico. A cada resposta é atribuído um valor de pontuação para cálculo de classificação para seleção do aluno ao programa. Os indicadores, valor de pontuação e procedimentos para cálculo de classificação para seleção do aluno, são classificados de acordo com o estabelecimento de princípios normativos presentes no edital de seleção dos auxílios.

Em outras palavras, aos discentes é atribuída uma pontuação para o estabelecimento de uma ordem, ao passo que, na ocasião de existir mais discentes deferidos no processo seletivo em relação à quantidade de auxílios disponibilizados, os que apresentarem a maior pontuação serão contemplados em ordem decrescente, e os que não conseguirem em decorrência da baixa pontuação, serão postos em um cadastro de reserva, que se define como um cadastro de candidatos selecionados, porém não contemplados com o número de auxílios disponíveis no edital, considerando a ordem de classificação obtida através da pontuação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2016). Porém, os candidatos poderão ser atendidos posteriormente, caso haja desistências, inabilitação, cancelamento ou aumento na disponibilidade financeira.

Entretanto, em meio às correlações de forças, houve a identificação de mudanças desde o edital de 2015, pôde-se observar que os critérios de seleção se modificaram, foram acrescentados critérios mais específicos, elevando-se assim a pontuação dos discentes e realizando a identificação mais pormenorizada, particularizando o acesso e aproximando-se dos discentes que absolutamente não poderiam deixar de ter sua inclusão considerada. Pode-se identificar a busca do reconhecimento das demandas com especificidades não examinadas com atento e circunspeção durante a avaliação socioeconômica pelo método de pontuação de anos anteriores.

**Quadro 3** - Procedimentos de classificação para seleção de candidato aos auxílios Permanência 2016

<b>Indicadores</b>		<b>Forma/Pontuação</b>	<b>Peso</b>
<b>Inscrição incompleta no SIGAEst</b>		Desclassifica	-
<b>Renda Familiar Per capita (RFPC)</b>		Critérios estabelecidos especificamente	4
<b>Forma de Ingresso (FI)</b>	Cotista	10	2
	Não cotista	05	2
<b>Situação de Moradia (SM)</b>	Fora da família	10	2



	Com a família	05	2
<b>Se beneficiário de Programas do governo federal, estadual ou municipal (BPS)</b>	Com	10	2
	Sem	05	2
<b>Tarifa de Energia Elétrica (TEE)</b>	Baixa renda	10	2
	Convencional	05	2
<b>Residência de origem (RO)</b>	Residir em área de ocupação	10	2
	Não residir em Área de ocupação	05	
<b>Critério de desempate por ordem de prioridade</b>			
Critério de Desempate	Menor renda familiar	-	-
Persistindo o empate	Que não possua vínculo empregatício	-	-
Persistindo o empate	Maior idade	-	-

Fonte: Edital N° 04/2016 DAIE/PROEX, sistematizado pela autora, 2016.

Entretanto, este tipo de procedimento de pontuação, mesmo com mudanças e adequações, ainda sim pode ser considerado insuficiente, de avaliação frágil e limitado, haja vista se trata de números e realidades não identificadas em sua potencialidade, sendo refratadas a uma “web triagem” essencialmente econômica e a distância, tendenciado a homogeneizar as demandas individuais, que sem bases concretas de análise e investigação. Tais procedimentos tendem a perder a dimensão social e principalmente continuar desconsiderando em que condições vivem a maioria dos universitários da UFPA.

Urge assim, o desafio profissional de tencionar, por meio de suas práticas, os limites da política e desenvolver junto aos estudantes a proposta de acompanhamento de assistência estudantil comprometido e consoante aos seus interesses, contribuindo para a participação efetiva dos estudantes, fundamentando estratégias de vinculação e fortalecimento político.

Dessa forma, refletindo a trajetória e o desenvolvimento da política que se consolida, identifica-se em meio aos elementos considerados até o momento, a importância de se buscar a ampliação dos instrumentais de garantia e acesso à assistência estudantil, priorizando e dando ênfase a indicadores que possam favorecer o processo de inclusão de um maior número de discentes nas suas mais diversas modalidades. É necessário também identificar qualitativamente os indicadores socioeconômicos políticos e culturais pertinentes, como o impacto de doenças graves na organização familiar, presença de idosos ou crianças no núcleo familiar, saúde física e mental do discente, o acesso a bens e serviços públicos, entre outras questões relevantes de uma análise.

Acúmulo de despesas com moradia de um grupo familiar extenso ou moradia provisória do estudante, insegurança de renda e/ou desemprego do provedor financeiro da família ou o estudante único provedor financeiro do grupo familiar: precisam ser identificados e considerados igualmente.

Assim, essa questão latente pode ser desafiada a partir da utilização de instrumentos mais eficazes e menos superficiais, objetivando conhecer a realidade em sua totalidade e suas contradições, não realizando uma separação entre a teoria enquanto momento final de construção da realidade, mas através da utilização do método possibilitando o acesso ao real, garantindo assim a compreensão e efetivação do acesso ao direito de assistência pelo discente. “Método e teoria são distintos, mas só existem em unidade” (NASCIMENTO, 2012).

Em relação às formas de manutenção dos auxílios financeiros, os editais são categóricos na afirmativa de proibição de gastos não correspondente aos elencados em edital: No capítulo XIV das Obrigações Art. 28, o edital solicita que durante a vigência do auxílio, o discente incluído no programa comprometa-se a não utilizar o valor recebido com despesas outras em desacordo com o objetivo tratado no Art. 2 do edital; sendo assim, tal artigo ilustra que as modalidades de auxílios destinam-se a assistir o discente com os custos de moradia, transporte, alimentação e material didático-pedagógico para realização de seus estudos.

Como a maioria das políticas sociais, a política de educação e os programas de assistência estudantil também reproduzem o modelo de educação que qualifica a reprodução dos valores e interesses da classe burguesa, convergindo para lógica da condicionalidade, e reforçando o entendimento de que tudo que é dirigido para a fração empobrecida da sociedade, precisa ser comprovado observando uma contrapartida, enquanto que a realidade política do Brasil mostra que o uso do dinheiro público para questões ilícitas, se concentra nos políticos que são eleitos para representarem os interesses da maioria da população, que, entretanto, priorizam interesses privados.

Por meio do edital, o discente fica ciente de que não poderá utilizar o valor recebido com despesas outras em desacordo ao estabelecido sob a penalidade de devolver à UFPA os valores dos auxílios recebidos caso os requisitos e compromissos não sejam devidamente cumpridos. Todavia, nota-se que o posicionamento da universidade carece e não estabelece uma articulação com as demais políticas desenvolvidas no e fora do espaço educacional, assim como não apresenta uma base democrática e participativa na elaboração de normativas no âmbito da política, pois, ao levar em consideração a complexidade das necessidades básicas estudantis no atendimento a que se propõe a política, tem-se um “rio” de questões que não são levadas em pauta, haja vista compreende-se que a prioridade do programa é a garantia

de satisfação de um aparato mínimo de necessidades de dimensão econômica a fim de se estabelecer o apoio a dimensão acadêmica, independentemente do aparato de necessidades básicas que o estudante enquanto indivíduo social e coletivo exige. Entretanto, é impossível ignorar as refrações, facetas e contradições que o indivíduo enquanto ser social, econômico, cultural, familiar e político imprime.

Tal reflexão nos remete ao posicionamento de Arretche (2015, p.193) para qual a tradução da renda como um espaço privilegiado nas análises sobre desigualdade é fruto da concepção de cidadania consolidada no século XX com seus expoentes como “direito dos cidadãos a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, que lhes permitisse viver como seres civilizados conforme os padrões correntes da sociedade, de modo a expandirem suas liberdades reais”. Tal discussão remete ao debate de Pereira (2008) acerca do conceito de necessidades, discutindo a noção de mínimo e básico que perpassa as políticas de satisfação de necessidades no contexto brasileiro.

Para a autora, a vinculação entre provisão mínima e necessidades básicas guardam conotações distintas do ponto de vista conceitual e político-estratégico: mínimo, tem a conotação de menor, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social. Já a básico expressa algo fundamental, principal, primordial que serve de base de sustentação, pré-requisito ou as condições prévias suficientes para o exercício da cidadania em acepção mais larga.

Dessa forma, a ideia de mínimo nos indica a supressão, corte, exclusão do atendimento, tal como propõe a ideologia neoliberal no contexto de “contra-reforma” explicitada por Coutinho (2008), por sua vez o básico requer estudos e investimentos sociais de qualidade a fim de ampliação de atendimentos e serviços (PEREIRA, 2008, p.26).

Asseverando a reflexão, a autora é categórica ao afirmar que não há serviços sociais sem a delimitação das necessidades a serem satisfeitas, porém como a mesma considera “a relação entre necessidades e os direitos sociais está no núcleo de muitos problemas e discussões que se produzem na atualidade” (PEREIRA, 2008, p.38). Assim, há de se referendar a importância da leitura crítica das necessidades estudantis enquanto diretriz norteadora para a formulação das ações de assistência, compreendendo o mínimo e o básico de suas necessidades a fim de ampliação de atendimentos e serviços.

Assim, no campo da política estudantil, onde se tem como objetivo o provimento das condições necessárias à permanência dos estudantes oriundos da classe trabalhadora empobrecida nas instituições educacionais, entende-se que o alcance dos objetivos propostos por essa política requer maior esclarecimento acerca das reais necessidades discentes, pois a

compreensão limitada e por vezes equivocada das necessidades estudantis, destaca a operacionalização das ações relativas aos diversos auxílios dos programas de assistência estudantil descolada da sua condição de ser social, priorizando sua condição de discente sobre todas as questões, desprezando a concepção de necessidades básicas.

Dessa forma, se pressupõe como necessário na UFPA, ações integradas à finalidade da formação acadêmica sem assumir ou se justapor aos demais suportes sociais, caracterizados pela família, redes sociais e as políticas públicas locais, enfatizando assim, a devida busca de uma articulação da assistência estudantil da UFPA com as políticas intersetoriais, denunciando a presença de ações assistemáticas que se tem presenciado em seus espaços institucionais, com o desenvolvimento de ações com aspectos operacionais que respondem as demandas com ações pontuais e unidimensionais, sendo necessário o diálogo com os estudantes de maneira mais sólida e participativa.

Portanto, a reprodução da condicionalidade para usufruto dos direitos a assistência estudantil aqui posta, nos desperta a compreensão de que a política é operacionalizada de forma fragmentada, desarticulada com a rede de serviços e com as políticas intersetoriais, desconhece a demanda, desconhecem suas necessidades, seus desafios, seus obstáculos, haja vista não se estabelece um diálogo com a comunidade acadêmica, não há a participação dos usuários na política ou na elaboração dos editais, não há reuniões, não há sugestões, não há presença de nenhum diretório ou centro acadêmico no desenvolvimento, planejamento ou implementação da política.

Assim, o desafio é considerar como imprescindível a participação do discente na elaboração da política, utilização dos instrumentais técnicos que busquem a aproximação da realidade vivenciada em sua plenitude pelo discente, assim como a inserção dos usuários nos centros de discussão de editais e instrução normativas e a realização de um acompanhamento social a fim de se estabelecer o diálogo e atenção às necessidades que se renovam e modificam a cada dia no seio universitário.

Em suma, em meio a discussão que se presencia na UFPA, nota-se a falta de uma avaliação da gestão política institucional e dos fundamentos políticos e ideológicos do modelo de gestão implementado que colabore para o estudo das problemáticas, desafios e possibilidades da gestão institucional, que ora discutisse participação e democratização da política a partir da identificação dos valores que necessariamente se deve observar na operacionalização dos programas assistenciais estudantis, fortalecendo a articulação com movimentos e organizações dos estudantes, assim como a divulgação de informações sobre os auxílios e sobre o orçamento da política para um melhor esclarecimento dos critérios de

seleção e análise, permitindo um aprimoramento constante de critérios de elegibilidade e de variáveis que definem os contextos de vulnerabilidade de modo a assegurar o que a política se propõe: expandir o acesso e a permanência de jovens dos segmentos mais desprotegidos da sociedade brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs refletir as relações presentes no desenvolvimento da política de assistência estudantil, considerando assim, o Programa Permanência da UFPA, programa assistencial estudantil de maior demanda na universidade. Assim, tem-se ao final do estudo, a partir da identificação da importância da assistência estudantil enquanto alternativa para a democratização da permanência do discente oriundo da classe trabalhadora empobrecida no ensino superior, o entendimento de colaboração da política para com os objetivos propostos pela política de educação, delineada ao longo dos séculos em meio às disputas e conflitos na esfera da sociedade civil, dessa forma, tem-se a consideração da política de assistência estudantil inegavelmente como um avanço, sendo fruto dos movimentos sociais e estudantis comprometidos com a questão educacional, orientada no sentido de ampliação, qualidade dos serviços prestados e reconhecimento das demandas.

Entretanto, embora possa considerar como norte a observância e paridade ao PNAES no alcance dos objetivos largamente propostos nacionalmente, a política desenvolvida na universidade transpõe elementos que necessitam de uma ampla discussão participativa e reavaliação no sentido de aperfeiçoamento, haja vista não distinta das demais políticas sociais, apresentam aspectos que colaboram para a reprodução dos modos de produção e reprodução da vida norteados pelos valores estruturais da ordem social hegemônica. Portanto, urge sua utilização como contribuição para a luta por um projeto societário contra-hegemônico.

O estudo apresentou reflexões em destaque relativo aos “meios de seleção e análise socioeconômica”, onde por meio dos instrumentais (“web triagem”, visita domiciliar e entrevista) utilizados nos processos de seleção, foi considerado em sua operacionalização, elementos figurados de caráter fiscalizatório - ditados através de atos normativos – para a comprovação de empobrecimento e verificação de autenticidade de informações, ou seja, por meio de elementos que fogem a uma ação que garante ampliação do acesso aos programas e serviços assistenciais que incentivam à permanência em um plano mais consistente, analisando fragilmente pessoas por documentos via “web triagem”, de maneira limitada, sendo refratadas a uma triagem essencialmente econômica e a distância, tendenciado a homogeneizar as demandas individuais, que sem bases concretas de análise e investigação. Outro ponto de discussão e reflexão, foi “as formas de manutenção dos auxílios financeiros”, onde se identificou a reprodução da condicionalidade para usufruto dos direitos sociais, garantidos a partir de uma contrapartida necessária e ainda descolada da complexidade das necessidades básicas estudantis no atendimento a que se propõe a política, assim, nos desperta

a compreensão da operacionalização de forma fragmentada, desarticulada da rede de serviços e das políticas intersetoriais, não havendo a participação dos usuários na política ou na elaboração dos editais ou reuniões, dessa forma, tem-se a alarmante identificação da ausência de usuários no desenvolvimento, planejamento e implementação da política, identificando-se assim, a necessidade da revisão das práticas institucionais, principalmente no tocante à omissão de ações que contemplem as necessidades subjetivas e participação dos estudantes, contribuindo dessa forma para a real ampliação do acesso.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; Paulo, Vicente. **Resumo de direito constitucional descomplicado**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar**: teoria e prática. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2014.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ARAÚJO, Aline Souza. A produção profissional acerca da intervenção do assistente social na assistência estudantil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15, 2016, Ribeirão Preto, SP. **Anais...Ribeirão Preto/SP**: ABEPSS, 2016.

ARRETCHE, Marta. **Trajetória das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Unesp; CEM, 2015.

BARBOSA, Roldão Ribeiro; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Uma Historiografia da Reforma Universitária de 1968**. Disponível em: <[www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/.../XQmLE4cC.doc](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/.../XQmLE4cC.doc)>. Acesso em: 14 de fevereiro 2015.

BENAION, Noval. **A subordinação Reiterada**: Imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil. Manaus: UFAM, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. edição. São Paulo: Cortez, 2011. V.2

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A era dos direitos**. 7ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.



\_\_\_\_\_. Decreto n. 19.402/1930. **Organização administrativa do Ministério da Educação e Saúde. 1930.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 23 de janeiro 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931.** Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=40255>>. Acesso em: 23 de janeiro 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acessado em 16 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acessado em 16 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1961.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 23 de janeiro 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 24 de janeiro 2015

\_\_\_\_\_. Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007. **Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2007.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf)>. Acesso em 05 de Fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.096/2007. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, 2007b.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em 03 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil–PNAES.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 23 de janeiro 2015.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** 2. ed., Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** 7 ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008.

CARNEIRO, Sueli. **Focalização X Universalização,** 2003. GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/focalizacao-x-universalizacao/#gs.jooPamw>>. Acesso em: 05 de maio 2017.

CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de; SANTOS, Adilson Pereira dos. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT14092013162802.pdf>>. Acesso em: 05 de setembro 2017.

CHESNAIS, FRANÇOIS. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Carolina Rodrigues; SIMIONATTO, Ivete. Estado, luta de classes e política social In: OLIVEIRA, Mara de; BERGUE, Sandro Trescastro (Orgs.). **Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: BADALONI, Nicola et al. **Gramsci e a América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e política: A dualidade de poderes e outros ensaios.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. **Contra corrente: ensaios sobre democracia e socialismo.** 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas.** São Paulo: Boitempo, 2010.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação.** 9. Ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

DORNELLE, João Ricardo W. **O que são direitos humanos?** São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos)

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista:** as funções da previdência e assistência. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lenin:** história em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Primeira Pesquisa do Perfil Social, Cultural e Econômico dos Estudantes das IFES. Belo Horizonte: FONAPRACE, 1997. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wpcontent/files\\_flutter/Biblioteca\\_041\\_Pesquisa\\_do\\_Perfil\\_Socioeconomico\\_dos\\_Estudantes\\_de\\_Graduacao\\_das\\_IFES.pdf](http://www.andifes.org.br/wpcontent/files_flutter/Biblioteca_041_Pesquisa_do_Perfil_Socioeconomico_dos_Estudantes_de_Graduacao_das_IFES.pdf)>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES. 2004. Disponível em: <[http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/2004/IFES/fonaprace\\_com\\_linhas.pdf](http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/2004/IFES/fonaprace_com_linhas.pdf)>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

GENTILI, Pablo. (Org). **Universidades na Penumbra:** Neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **O leitor de Gramsci:** escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **A questão meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** 5. Ed., Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

HARVEY, David. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo,

2011.

JESUS, Luciano Nascimento de; MAYER, André Luiz Monteiro; CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira de. Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da une aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE a FONAPRACE). *Acta Scientiarum. Education Maringá*, v. 38, n. 3, p. 247-257, July-Sept., 2016. Disponível em: <[periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/26417](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/26417)>. Acesso em: 10/09/2017

LAURELL, Asa Cristina. **Estado e políticas no neoliberalismo**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LEHER, Roberto. Projetos e modelos de autonomia e privatização de universidades públicas. In: GENTILI, Pablo. (Org). **Universidades na Penumbra: Neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH-RIO 15, 2012, São Gonçalo/RJ. **Anais...** São Gonçalo/RJ: ANPUH, 2012. Disponível em:<[http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408\\_ARQUIVO\\_AsbasesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408_ARQUIVO_AsbasesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf)>. Acesso em: 13 de setembro de 2017.

LOBATO, Salomy Correa. **A Assistência Estudantil na UFPA: reflexão da condicionalidade no Programa Bolsa Permanência**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social, Belém, 2011.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MINCATO, Ramone. Políticas públicas e sociais: uma abordagem crítica e processual In: OLIVEIRA, Mara de, BERGUE, Sandro Trescastro (Orgs). **Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências**. Caxias do Sul, RS : EducS, 2012.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v5.)

NASCIMENTO, Clara Martins do. Estado autocrático burguês e Política Educacional no Brasil: contribuições ao debate sobre a Assistência Estudantil nas IFES. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 8-27, jan./jun. 2012. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/viewFile/3981/5736](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/3981/5736)>. Acesso em: 15

de fevereiro de 2017.

NEVES, Clarissa E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa et al. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: BADALONI, Nicola et al. **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de et al. **QSEC (Questionário Socioeconômico e Cultural) Inclusão e diversidade**: a experiência da UFPA, 2008. Disponível em: <[http://www.geedh.ufpa.br/sites/default/files/1\\_qsec\\_inclusao\\_e\\_diversidade\\_\\_a\\_experie\\_ncia\\_da\\_ufpa.pdf](http://www.geedh.ufpa.br/sites/default/files/1_qsec_inclusao_e_diversidade__a_experie_ncia_da_ufpa.pdf)>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa et al (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Cidadania X pobreza a dialética dos conceitos na política social na era FHC**. Curitiba: Appris, 2013.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Movimentos populares e sociais: a sociedade Brasileira em ação na década de 1980. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: < <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.325.pdf>>. Acesso em: 12 de setembro 2017.

SADER, Emir. **Estado e política em Marx: para uma crítica da filosofia política**. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Direitos, desigualdade e diversidade In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. 3. ed. Curitiba: UFPR, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 66 (153), p. 165-72, maio/ago. 1985. Disponível em: <[http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema\\_interpretacao.htm](http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema_interpretacao.htm)>. Acesso em: 24 de janeiro 2015.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2007. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Pelotas, 2012.

SIMIONATTO, Ivete. **GRAMSCI: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

THOENIG, Jean-Claude; MENY, Yves. **Las Políticas Públicas**. Barcelona: Editorial Ariel, 1992.

TRINDADE, Hélió. As metáforas da crise: da “universidade em ruínas” às “universidades na penumbra” na América Latina. In: GENTILI, Pablo. (Org). **Universidades na Penumbra: Neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Memória. Disponível em: <<http://www.une.org.br/memoria/>>. Acesso em: 11 de setembro de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Extensão. Edital N°05/2009. **Programa Bolsa Permanência**. Belém. PROEX/DAIE, 2009.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. Instrução Normativa PROEX/UFPA N° 02/2014. **Auxílio Permanência Especial (PcD)**. Belém. PROEX/DAIE, 2014. Disponível em: <[IN.02.Auxilio.PcD.pdf](#)>. Acesso em: 09 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. Instrução Normativa PROEX/UFPA N° 01, de 16 de julho de 2014. **Programa Permanência/Auxílio Estudante Estrangeiro**. Belém. PROEX/DAIE, 2014b. Disponível em:

<<http://proex.ufpa.br/documentos/instrucao.normativa/16.07.2014.IN.01.Auxilio.Estudante.Estrangeiro.pdf>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. Instrução Normativa PROEX/UFPA N° 05/2014. **Programa Permanência/Auxílio Emergencial**. Belém. PROEX/DAIE, 2014c. Disponível em:

<<http://proex.ufpa.br/documentos/instrucao.normativa/IN%2005%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial.pdf>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. Instrução Normativa PROEX/UFPA N° 07/2014. **Programa Permanência Auxílio Kit Acadêmico Pcd**. Belém. PROEX/DAIE, 2014d. Disponível em:

<<http://proex.ufpa.br/documentos/instrucao.normativa/IN%20Auxilio%20Kit%20PcD.pdf>>. Acesso em: 09 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. Instrução Normativa PROEX/UFPA N° 03/2014. **Programa Permanência Auxílio Instruir**. Belém. PROEX/DAIE, 2014e. Disponível em: <[http://proex.ufpa.br/documentos/instrucao.normativa/IN\\_03\\_2015\\_Auxilio\\_Instruir.pdf](http://proex.ufpa.br/documentos/instrucao.normativa/IN_03_2015_Auxilio_Instruir.pdf)>. Acesso em: 09 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. Instrução Normativa PROEX/UFPA N° 04/2014. **Programa Permanência Auxílio Casa do Estudante**. Belém. PROEX/DAIE, 2014f. Disponível em: <<http://proex.ufpa.br/documentos/instrucao.normativa/08.09.2014%20-%20IN%2004%20Aux%C3%ADlio%20Casa%20de%20Estudantes.pdf>>. Acesso em: 09 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. Edital N°03/2014. **Apoio a Eventos Estudantis**. Belém. PROEX/DAIE, 2014g. Disponível em: <<http://proex.ufpa.br/editais/EDITAL.N.003.2014.pdf>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. **Programas de Assistência Estudantil**. Belém. PROEX/DAIE, 2015. Disponível em: <<http://proex.ufpa.br/PRINCIPAL/index.php/politicaassistencia>>. Acessado em: 01 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. **Calouros dos cursos de Engenharia iniciam aulas de Cálculos Básicos**. PROEX/DAIE, 2015b. Disponível em: <<http://proex.ufpa.br/PRINCIPAL/index.php/noticias/753-calouros-dos-cursos-de-engenharia-iniciam-aulas-de-calculos-basicos>>. Acesso em: 09 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. **PRODIGITAL**. Belém. PROEX/DAIE, 2015c. Disponível em: <<http://proex.ufpa.br/PRINCIPAL/index.php/component/content/article/7->

daie-geral/828-prodigital>. Acessado em: 22 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. Edital N°04/2015. **Programa Permanência/Auxílio Moradia e Permanência**. Belém. PROEX/DAIE, 2015d. Disponível em: <[http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/EDITAIS/DAIE/DAIE2015/Edital\\_04\\_2015\\_Permanencia Moradia.pdf](http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/EDITAIS/DAIE/DAIE2015/Edital_04_2015_Permanencia_Moradia.pdf)>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. Edital N°15/2015. **Programa Permanência/Auxílio Moradia e Permanência Intervalar**. Belém. PROEX/DAIE, 2015e. Disponível em: <[http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/EDITAIS/DAIE/DAIE2015/Edital\\_15\\_2015\\_Intervalar.pdf](http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/EDITAIS/DAIE/DAIE2015/Edital_15_2015_Intervalar.pdf)>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. Instrução Normativa PROEX/UFPA N° 02, de 26 de janeiro de 2015. **Programa Permanência/Auxílio Creche**. Belém. PROEX/DAIE, 2015f. Disponível em: <[http://proex.ufpa.br/documentos/instrucao.normativa/IN\\_02\\_2015\\_Auxilio\\_Creche.pdf](http://proex.ufpa.br/documentos/instrucao.normativa/IN_02_2015_Auxilio_Creche.pdf)>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. Edital N°08/2015. **Programa Permanência/ Auxílio Kit Acadêmico**. Belém. PROEX/DAIE, 2015g. Disponível em: <[http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/EDITAIS/DAIE/DAIE2015/Edital\\_08\\_2015\\_Kit\\_Academico.pdf](http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/EDITAIS/DAIE/DAIE2015/Edital_08_2015_Kit_Academico.pdf)>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. Instrução Normativa PROEX/UFPA N° 01, de 23 de janeiro de 2015. **Bolsa de Apoio à Atividade Acadêmica (I e II)**. Belém. PROEX/DAIE, 2015h. Disponível em: <[http://proex.ufpa.br/documentos/instrucao.normativa/IN012015\\_Bolsa\\_Apoioa\\_Atividade\\_Academica\\_IeII.pdf](http://proex.ufpa.br/documentos/instrucao.normativa/IN012015_Bolsa_Apoioa_Atividade_Academica_IeII.pdf)>. Acesso em: 09 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão. Edital N°04/2016. **Programa Permanência/Auxílio Moradia e Permanência**. Belém. PROEX/DAIE, 2016. Disponível em: <[http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/EDITAIS/DAIE/2016/Edital\\_04\\_2016\\_Permanencia.pdf](http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/EDITAIS/DAIE/2016/Edital_04_2016_Permanencia.pdf)>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2017.

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, Ahead of print, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/2013nahead/aop1177.pdf>>. Acesso em: 13 de setembro de 2017.